

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL**

**CONTRIBUIÇÕES PARA MINIMIZAÇÃO DE IMPACTO
NEGATIVO GERADO POR INTERVENÇÕES DE
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR:
ESTUDO DE CASO EM BELÉM/PA**

Thelma Helena Santos de Lima Paes

Belém
dezembro 2011

THELMA HELENA SANTOS DE LIMA PAES

**CONTRIBUIÇÕES PARA MINIMIZAÇÃO DE IMPACTO
NEGATIVO GERADO POR INTERVENÇÕES DE
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR:
ESTUDO DE CASO EM BELÉM/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará,
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Mestre em Engenharia Civil

Prof. Dr. Renato Martins das Neves
Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador

Prof. Dr. Cláudio José Cavalcante Blanco
Coordenador do PPGEC/UFPa

Belém
dezembro 2011

THELMA HELENA SANTOS DE LIMA PAES

**CONTRIBUIÇÕES PARA MINIMIZAÇÃO DE IMPACTO
NEGATIVO GERADO POR INTERVENÇÕES DE
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR:
ESTUDO DE CASO EM BELÉM/PA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará,
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Mestre em Engenharia Civil

Prof. Dr. Renato Martins das Neves
Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador

Prof. Ana Kláudia Perdigão (UFPA – Belém)
Arquiteta, Dra. em Arquitetura e Urbanismo pela USP/Brasil

Prof. André Augusto Azevedo Montenegro Duarte (UFPA – Belém)
Engenheiro Civil, Dr. em Geologia e Geoquímica pela UFPA/Brasil

Belém
dezembro 2011

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais Zenita e João e minha avó Alzira, pelo sacrifício e zelo pelos meus estudos e que, infelizmente, não puderam testemunhar essa experiência tardia.

Aos meus filhos, principalmente à Maíra pela incondicional paciência e participação valiosas.

À Prefeitura da Universidade Federal do Pará que me proporcionou a oportunidade de realizar esse mestrado, inclusive me liberando parcialmente de minha jornada de trabalho para que fosse possível essa realização.

Às minhas companheiras de mestrado pela força e incentivo nos momentos críticos de cansaço e incertezas e às estagiárias da UFPA, sempre prontas a me ajudar no uso da tecnologia e da informática, cheias de mistério para mim.

Ao professor Renato Martins das Neves pela boa vontade com que me recebeu como orientanda e pela confiança e atenção que teve comigo.

Às professoras Luciana Inês Gomes Miron e Kláudia Perdigoão que se dispuseram a fazer parte da banca examinadora do projeto de qualificação cujos questionamentos, críticas, correções e orientações permitiram o desenvolvimento deste trabalho e a quem peço desculpas por falhas ou mau aproveitamento dessas contribuições que possam ter ocorrido.

Aos arquitetos da COHAB Fátima Zeneida Santos e Misael Henrique do Nascimento e aos representantes da comunidade do Projeto Taboquinha Leila, Ray e Joelson pelo apoio e colaboração.

Aos graduandos em estatística Eudmar de Almeida e Iraelson Pereira pela prestimosa contribuição na elaboração da análise estatística dos dados coletados.

RESUMO

LIMA PAES, T.H.S. de. **Contribuições para minimização de impacto negativo gerado por intervenções de urbanização em área de ocupação irregular: estudo de caso em Belém/PA.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFPA, Belém, 2011.

A concepção e o desenvolvimento de projeto para urbanização de área de ocupação irregular com a finalidade de fornecer moradia digna à população precisa considerar possível impacto negativo que gera na população envolvida, tanto nos processos sociais quanto nos físicos. O objetivo principal desta pesquisa é, a partir de um estudo de caso em Belém do Pará e de adaptações de pesquisas desenvolvidas sobre o tema, contribuir para a minimização do impacto negativo que um empreendimento desse tipo pode causar, em virtude de conflitos comuns encontrados entre a cultura da população envolvida e a linguagem técnica de seus executores. A pesquisa está dividida em três etapas. A Etapa A foi constituída do estudo exploratório de um Empreendimento Habitacional de Interesse Social (EHIS) da Companhia de Habitação (COHAB) do Pará, desenvolvido para uma área de ocupação irregular, com o objetivo de compreender seu desenvolvimento e identificar os principais as principais barreiras encontradas pelos executores. A Etapa B teve como foco conhecer como a população beneficiária estava vivenciando o projeto objeto do estudo exploratório da etapa anterior assim como suas expectativas quanto ao seu resultado final. A Etapa C foi constituída da análise dos dados coletados na etapa B, da discussão comparativa dos resultados das duas etapas anteriores e das conclusões. As principais contribuições deste trabalho dizem respeito ao melhor entendimento do impacto negativo causado na população envolvida visando melhores soluções para empreendimentos semelhantes.

Palavras-chave: empreendimentos habitacionais de interesse social, urbanização de assentamentos irregulares.

ABSTRACT

LIMA PAES, T.H.S. de. **Contribuições para minimização de impacto negativo gerado por intervenções de urbanização em área de ocupação irregular: estudo de caso em Belém/PA.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFPA, Belém, 2011.

The design and development project for the urbanization of the area of irregular occupation in order to provide decent housing to the population need to consider possible negative impact it generates the population involved in both the physical and social processes. The main objective of this research is from a case study in Belem and adaptations of research carried out on the subject, helping to minimize the negative impact that such an undertaking may cause, due to common conflicts found between culture of the people involved and the technical language of his executioners. The research is divided into three steps. Step A was composed of an exploratory study of Enterprise Social Interest Housing (EHIS) of the Housing Company (COHAB) of Para, developed for an area of irregular occupation, in order to understand its development and identify the main barriers found by the executors. Step B focused on knowing how the target population was experiencing the project object of exploratory study from the previous step as well as their expectations about its outcome. Step C consisted of analysis of data collected in step B, the comparative discussion of the results of two previous steps and conclusions. The main contributions of this work relate to a better understanding of the negative impact on the population involved to obtain better solutions for similar ventures.

Keywords: enterprise social housing, upgrading of squatter settlements

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. CONTEXTO.....	16
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.3. JUSTIFICATIVA.....	23
1.4. QUESTÃO DE PESQUISA.....	28
1.5. OBJETIVOS.....	28
1.6. DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	29
1.7. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	29
2. SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES.....	31
3. MÉTODO DE PESQUISA.....	41
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	42
3.2. APRESENTAÇÃO DA ETAPA A.....	43
3.3. APRESENTAÇÃO DA ETAPA B.....	45
3.3.1. Ferramenta da coleta de dados.....	47
3.4. APRESENTAÇÃO DA ETAPA C.....	48
4. RESULTADOS DA ETAPA A.....	51
4.1.1. Reflexões sobre os resultados do estudo exploratório.....	61
5. RESULTADOS DA ETAPA B.....	64
6. RESULTADOS DA ETAPA C.....	68
6.1. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	68
6.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS RESULTADOS.....	94
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	105
7.1. RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	107
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICES.....	114

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Delineamento da pesquisa.....	42
Figura 2 – Foto de comércio local da área	53
Figura 3 – Foto de Comércio local da área	53
Figura 4 – Foto de residência existente na área	53
Figura 5 – Foto de residência existente na área	53
Figura 6 – Foto de construção existente na área	53
Figura 7 – Foto de características da área	53
Figura 8 – Foto aérea da área a sofrer intervenção.....	55
Figura 9 – Projeto urbanístico da Comunidade Taboquinha	57
Figura 10 – Igarapé do Taboquinha com margens ocupadas por palafitas.....	58
Figura 11 – Igarapé do Taboquinha com margens ocupadas por palafitas.....	58
Figura 12 – Ocupação da Comunidade do Taboquinha	58
Figura 13 – Ocupação da Comunidade do Taboquinha	58
Figura 14 – Projeto do sobrado	59
Figura 15 – Projeto da casa	60
Figura 16 – Restos de demolição de casa remanejada	65
Figura 17 – Restos de demolição de casa remanejada	65
Figura 18 – Restos de demolição de casa remanejada	65
Figura 19 – Restos de demolição de casa remanejada	65
Figura 20 – Foto da ETE em construção	66
Figura 21 – Foto da ETE em construção	66
Figura 22 – Foto de UH do tipo sobrado.....	66
Figura 23 – Foto de UH do tipo casa.....	66

Figura 24 – Percentual da população entrevistada assentada conforme a localização na área seca e na área alagada.....	67
Figura 25 – Percentual da população assentada na área seca que espera por possíveis melhorias com a conclusão do projeto.....	68
Figura 26 – Percentual da população assentada na área alagada que espera por possíveis melhorias com a conclusão do projeto.....	69
Figura 27 – Percentual da população assentada na área seca que espera por possíveis pioras com a conclusão do projeto.	69
Figura 28 – Percentual da população assentada na área alagada que espera por possíveis pioras com a conclusão do projeto.	70
Figura 29 – Percentual da população por ter conhecimento do projeto e tipo de área ocupada.....	71
Figura 30 – Percentual da população por aprovar o projeto e tipo de área ocupada.	71
Figura 31 – Percentual por acreditar ou não na conclusão do projeto e tipo de área ocupada.....	72
Figura 32 – Percentual da população por saber o que é projeto de urbanização e tipo de área ocupada.....	72
Figura 33 – Percentual da população por saber o que é projeto de saneamento e infraestrutura e tipo de área ocupada.....	73
Figura 34 – Percentual da população por saber o que é regularização fundiária e tipo de área ocupada.....	74
Figura 35 – Percentual da população por saber o que é remanejamento e tipo de área ocupada.....	74
Figura 36 – Percentual da população por quanto paga mensalmente de água e tipo de área ocupada.....	75

Figura 37 – Percentual da população por quanto paga mensalmente de luz e tipo de área ocupada	76
Figura 38 – Percentual da população por satisfação com o local de moradia e tipo de ocupação	76
Figura 39 – Percentual da população por se considerar ou não proprietária do lote que ocupa e tipo de área ocupada	77
Figura 40 – Percentual da população por ter ou não o lote da casa cercado e tipo de área ocupada	78
Figura 41 – Percentual da população por ter ou não a escritura do lote que ocupa e tipo de área ocupada	78
Figura 42 – Percentual da população por ter ou não outras casas dentro do lote e tipo de área ocupada.....	79
Figura 43 – Percentual da população por importância da escritura do lote e tipo de área ocupada.....	80
Figura 44 – Percentual da população por ter ou não conhecimento das taxas a pagar quando se tem a escritura do lote e tipo de área ocupada	80
Figura 45 – Percentual da população por conhecer ou não as casas da COHAB e tipo de área ocupada.....	81
Figura 46 – Percentual da população por trocar ou não sua casa por uma da COHAB e tipo de área ocupada.....	82
Figura 47 – Percentual da população por ser ou não proprietário da casa e tipo de lote ocupado	82
Figura 48 – Percentual da população por tipo de domicílio e tipo de área ocupada	83
Figura 49 – Percentual da população por saber ou não se será remanejada e tipo de área ocupada	84

Figura 50 – Percentual da população por quantidade de pessoas que moram na casa e tipo de área ocupada.....	84
Figura 51 – Percentual da população por quantidade de famílias que moram na casa e tipo de lote ocupado	85
Figura 52 – Percentual da população por quantidade de quartos na casa e tipo de área ocupada.....	86
Figura 53 – Percentual da população por quantidade de banheiros na casa e tipo de área ocupada	86
Figura 54 – Percentual da população por possuir ou não comércio em sua casa e tipo de área ocupada.....	87
Figura 55 – Percentual da população por proximidade de moradia de familiares e tipo de área ocupada.....	88
Figura 56 – Percentual da população por ter ou não medo de perder a casa e tipo de área ocupada	88
Figura 57 – Percentual da população por ter tido ou não a casa avaliada pela COHAB e tipo de área ocupada.....	89
Quadro 1 – Modelo de avaliação pós-ocupação (adaptado de LEITE, 2005).....	44
Quadro 2 – Impactos na área de proteção ambiental	103
Quadro 3 – Impactos na área seca.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado do teste a partir de Qui-Quadrado, nível descritivo (p), número de linhas, colunas e critério Beta para verificar a dependência das variáveis em estudo.	90
Tabela 2 – Resultado dos autovalores e percentuais de inércia dos eixos 1 e 2 das variáveis em estudo.	91
Tabela 3 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis localização e aprovação do projeto.	91
Tabela 4 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise das variáveis localização e acredita na conclusão do projeto.	92
Tabela 5 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis localização e satisfação com a moradia atual.	92
Tabela 6 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis localização e se trocaria sua casa por uma da COHAB.	93
Tabela 7 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis aprovação do projeto e satisfação com a moradia atual.	93
Tabela 8 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis aprovação do projeto e tipo de domicílio.	94
Tabela 9 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis trocaria sua casa por uma da COHAB e tipo de domicílio.	94

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAIXA – Caixa Econômica Federal

COFIS – Comissão de Fiscalização

COHAB/PA – Companhia de Habitação do Estado do Pará

EHIS – Empreendimento Habitacional de Interesse Social

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

LCCU – Lei Complementar de Controle Urbano

ONU – Organização das Nações Unidas

PIDESC – Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio

PNE – Portadores de Necessidades Especiais

PTTS – Plano de Trabalho Técnico Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PPI – Projetos Prioritários de Investimentos

PJC – Promotoria de Justiça Cível

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

UFPA – Universidade Federal do Pará

UH – Unidade Habitacional

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTO

A intervenção habitacional envolvendo planejamento, concepção e desenvolvimento de empreendimento, como a Taboquinha, objeto de estudo, requer a consideração sobre o impacto que gera na população envolvida, tanto nos processos sociais quanto nos físicos. O gerenciamento do processo, por sua diversidade, é complexo e constitui uma das maiores dificuldades encontradas pelos elaboradores dos projetos técnicos, uma vez que envolve, além de valores materiais, valores imateriais, difíceis de serem medidos.

Ao entender que a população beneficiária desses projetos pode ser reconhecida como o cliente final, a consideração das necessidades e requisitos dessa população assume um papel de maior relevância no processo. Segundo Miron (2008) o gerenciamento dos requisitos de clientes finais, como a população beneficiária mencionada, possibilitaria, entre outras coisas, melhores definições das soluções de projeto. Entretanto, as dificuldades encontradas para identificar as demandas da população envolvida se constituem num dos maiores entraves para seus executores.

Souza (2010) analisou as ocupações urbanas de Belém, buscando identificar as contradições nas especialidades e territorialidades inerentes à dinâmica interna do espaço urbano, passando pela inclusão de áreas segregadas e tudo que esta representa para seu morador e suas relações. Concluiu que o sítio urbano de Belém apresenta alguns fragmentos de terrenos com cotas altas e consideráveis partes de planícies de inundações denominadas “baixadas” e que com o tempo, esse termo acabou sendo associado a áreas densamente ocupadas por grupos sociais marginalizados, com uma incipiente ou nenhuma estrutura urbana.

Em Belém, durante os anos 80, diversos setores da sociedade apoiaram a luta da população assentada nas baixadas, de propriedade de particulares e de instituições federais, por ocasião de conflitos ou negociações pela regularização da posse da terra. Contudo, esse apoio foi desprovido de uma adequada

preocupação com as ações de planejamento e controle urbanístico tal como a provisão de infraestrutura física e social, o que permitiu que intervenções físicas ocorridas posteriormente nessas áreas, como obras de aterro e drenagem, se mantivessem unilaterais e fragmentadas (CARDOSO, 2002).

No final dos anos 80, políticos de esquerda, visando votos, incentivaram a ocupação de espaços urbanos de propriedade privada, garantindo a esses proprietários grandes indenizações e prometendo a regularização fundiária aos ocupantes das áreas, sem a garantia de uma regularização urbanística nem judicial (CARDOSO, 2010a).

A partir de então a ocupação de terras em Belém deixou de ser movida pelo desejo de acesso à moradia, transformando-se em uma indústria da invasão (CARDOSO, 2010a).

A Lei Complementar de Controle Urbano (LCCU), ao dispor sobre parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município de Belém, determina que a política setorial de habitação popular deverá objetivar, principalmente, a redução do déficit habitacional do município, quer pela oferta de novas habitações, quer pela melhora das existentes que não oferecem condições adequadas de habitabilidade (BELÉM, 1999).

Essa lei, amparada pela Lei Federal nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001a), vem contribuir para o atendimento da Constituição Federal que consolida o papel da política municipal nas questões urbanas, sociais e ambientais no processo de gestão das cidades, levando os governos a desenvolverem programas de regularização de assentamentos informais com a finalidade de urbanizar essas áreas e dar direito de propriedade a seus ocupantes.

Nesse contexto, como representante legal do estado do Pará, a COHAB, vem elaborando propostas de intervenções com o objetivo de promover a urbanização, o saneamento básico, a regularização fundiária, e a inclusão social de população localizada em área de assentamentos irregulares inadequada à moradia, visando a sua permanência na área ou sua realocação.

Portanto, investigações desenvolvidas sobre os EHIS, que têm sido realizados pela COHAB/PA para áreas de ocupação irregular, que pesquisem a percepção da população beneficiária sobre esse tipo de empreendimento, representam uma importante lacuna de conhecimento. Tais investigações poderiam resultar em importantes contribuições para a concepção e desenvolvimento de empreendimentos semelhantes.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

Em setembro de 2009, a Promotoria de Justiça Cível (PJC) de Icoaraci solicitou à Universidade Federal do Pará (UFPA) a colaboração no sentido de participar e contribuir na implantação do Projeto Taboquinha, em área localizada no Distrito de Icoaraci a aproximadamente 18 km do centro de Belém, no Estado do Pará. Essa área é delimitada por um polígono formado pelas ruas 15 de Agosto, do Cruzeiro, 2 de Dezembro e travessa Pimenta Bueno.

Para a concepção desse tipo de empreendimento além da delimitação prévia da área, do levantamento topográfico cadastral com a identificação da situação de cada lote e moradia ocupados, do cadastramento socioeconômico dos moradores e da divulgação e discussão com os envolvidos sobre as formas da elaboração do projeto, há necessidade de projetos paralelos de remanejamentos e preparo da área para permitir o início das obras uma vez que a área não poderá ser previamente desocupada.

Na comunidade, ocupada há aproximadamente 21 anos, vivem cerca de 1.410 famílias, sendo que aproximadamente 978 delas ocupam parte do leito do Igarapé¹ do Taboquinha, que corta a área, e suas margens, áreas essas de propriedade da marinha e de proteção ambiental.

O projeto tem como executora a COHAB/PA e deverá assegurar que a população moradora da área seca, ao final da execução do projeto, conte pelo menos com serviços básicos de água, esgoto, e energia elétrica.

¹ Igarapé: Segundo o Dicionário Mini Aurélio (5ª edição) significa pequeno rio, às vezes navegável.

Entre seus principais objetivos está a retirada das famílias ocupantes de parte do leito do igarapé e suas margens, uma vez que as casas foram construídas sobre pilotis do tipo palafitas, em condições precárias de habitabilidade, ligadas por passarelas ou estivas² com aproximadamente 1 m de largura e sem qualquer proteção lateral ou guarda corpo.

Essas famílias receberão Unidades Habitacionais (UH) fornecidas pela COHAB, locadas em áreas secas, esperando com isso ter os riscos ambientais devidamente controlados ou mitigados.

Coube à COHAB também a elaboração do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) referente ao projeto em questão, em atendimento ao exigido pela CAIXA que prevê, entre outros, a prestação de informações aos beneficiários sobre os assuntos inerentes a intervenção, dar apoio ao remanejamento (reassentamento) de famílias e preparar a comunidade para o recebimento das benfeitorias esperando com isso contribuir para a sustentabilidade do empreendimento.

Segundo o PTTS o empreendimento é composto de duas situações distintas que requerem diferentes análises e soluções de projeto. A primeira refere-se à retirada das famílias que ocupam parte do leito e as margens do igarapé, área considerada de proteção ambiental, e seu remanejamento para terrenos mais elevados e secos.

A segunda situação diz respeito à reurbanização e regularização fundiária das áreas secas, fora da área de proteção ambiental, que deverão ser providas com serviços de infraestrutura e de sistema viário.

Na primeira situação os moradores não poderão escolher entre a permanência no local e o remanejamento uma vez que sua retirada é compulsória. Na segunda situação, aos moradores proprietários das casas a serem demolidas para atendimento do projeto de urbanização, será dada a opção de escolha entre a

² Estivas: Segundo o Novo Dicionário Aurélio (1ª edição) significa pontes feitas de um só pau, sobre forquilhas, em terrenos alagadiços ou pantanosos.

indenização em dinheiro pelas benfeitorias realizadas ou uma UH oferecida pela COHAB.

O projeto técnico de urbanização deverá prever, entre outros, a abertura de ruas, provisão de equipamentos urbanos e áreas de lazer, e a delimitação clara dos lotes atendendo as medidas mínimas previstas na legislação para a regularização fundiária.

Para o atendimento do projeto de urbanização será necessária a retirada de algumas casas uma vez que essas foram construídas de forma desordenada e com espaços mínimos entre elas.

Além disso, a regularização fundiária é ação indispensável e deve ser desenvolvida paralelamente à execução das obras habitacionais e de infraestrutura com a finalidade de garantir direitos de uso de propriedade dos terrenos.

A regularização jurídica busca preservar a posse dos moradores no próprio local onde fixaram residência, à exceção dos casos de risco, e a regularização técnica busca o fornecimento e a qualificação da infraestrutura urbana, possibilitando a melhoria das condições de saneamento ambiental e de saúde das populações residentes (MEDVEDOVSKI, 2002).

Entretanto, Fernandes (2008) afirma que a atribuição de títulos individuais de propriedade não necessariamente garante a permanência das pessoas nos espaços que elas ocupam, uma vez que o peso das formalizações, da taxaço, da tributação, etc, leva as pessoas, em muitos casos, a vender as propriedades legalizadas e a invadir outras áreas.

Marcuse (2008) completa ao entender que ao ser concedido aos não-proprietários título de propriedade da terra que até então vinham ocupando e usando, ocorre entre outros, um tipo de dificuldade que, apesar da introdução de legislação cuidadosa, pode ser controlado. Trata-se de obrigações formais encontradas num amplo sistema de leis que os pobres quase nunca podem assumir como pagamentos de impostos, taxas de serviços, etc.

Cardoso (2008) afirma, a partir de pesquisa na bacia do Tucunduba e na bacia do Paracuri, ambas em Belém, que os agentes envolvidos nas ações de melhoria de assentamentos informais raramente compreendem os resultados de suas ações no relacionamento dos habitantes com o espaço e que, de um modo geral, as esferas de poder dão maior ênfase ao número de domicílios beneficiados, número de metros quadrados de obra e montante de investimento, desconsiderando o relacionamento entre o novo espaço criado e as necessidades dos habitantes.

Para minimizar o problema, essa mesma autora recomenda, entre outros, a definição clara das informações que necessitam ser cartografadas, como registrá-las e o uso de processo digital de precisão nessa ação.

Freitas e Farah (2002) chamam atenção para o fato de que a instalação e o funcionamento de empreendimentos habitacionais de forma inadequada, projetos mal concebidos, desconsideração das condicionantes do meio físico, condições precárias de infraestrutura, análise socioeconômica insuficiente, ausência da efetivação de medidas de mitigação, entre outros aspectos, têm levado a situações de degradação ambiental no local de intervenção, causando prejuízos ao próprio empreendimento e gerando impactos ambientais que extrapolam a área do projeto.

A respeito das edificações, Oliveira (1999) entende que, ao realizar uma investigação com foco na etapa de concepção das obras de edificações habitacionais considerando, entre os diferentes pontos de vista dos envolvidos no processo, o dos usuários, estaria agindo nas demais etapas subsequentes do processo e que o usuário deve ser ouvido tanto na forma reativa, ao se avaliar sua satisfação com a edificação em uso, quanto na forma proativa, ao se identificar suas necessidades e expectativas.

Kamara et al. (2002) concordam e afirmam que os requisitos do cliente são a principal fonte de informação para um projeto de construção e, portanto, são de vital importância para o sucesso do planejamento e implementação do projeto.

A intervenção da PJC ocorreu em consequência das reclamações da população moradora da área, que se encontrava insatisfeita com as soluções propostas para os projetos de urbanização e de regularização fundiária e com o processo de remanejamento que não apresentava critérios de escolhas das famílias a serem remanejadas.

O atendimento da solicitação teve início com a participação da autora deste trabalho em reuniões promovidas pela PJC com representantes da comunidade e técnicos da COHAB, órgão executor do projeto, assim como de visitas à área.

Na primeira reunião promovida pela PJC, em 28 de setembro de 2009, ao serem apresentadas as primeiras demandas da população, o representante da CAIXA afirmou que isso não representava um grande problema, mas que necessitava de pesquisas mais aprofundadas para melhor solução de projeto e que apresentaria as alterações em outra reunião a ser marcada.

Na segunda reunião realizada em 30 de março de 2010 foi apresentada uma nova versão do projeto quando ocorreram novas demandas. Devido às dúvidas surgidas diante das soluções propostas, o Promotor Público decidiu que a comunidade deveria ser consultada sobre o assunto e que essa consulta ficaria sob a responsabilidade da COHAB.

Os resultados das reuniões permitiram observar os primeiros indícios da importância de conhecer a percepção que a população tem sobre a intervenção, que se caracteriza por ser de iniciativa do poder público e não da população envolvida, e supor que esse conhecimento permitiria melhores soluções de projeto, o que poderia evitar, pelo menos, reclamações ao MP, perda de tempo com retrabalho e custos adicionais para seus executores.

Para a concepção e desenvolvimento desse tipo de empreendimento, seus executores precisam considerar o impacto negativo que gera na população envolvida, tanto nos processos sociais quanto nos físicos. O gerenciamento do processo, por sua diversidade, é complexo e constitui uma das maiores

dificuldades encontradas pelos elaboradores dos projetos técnicos, uma vez que envolve, além de valores materiais, valores imateriais, difíceis de serem medidos.

Além disso, no empreendimento pesquisado o beneficiário não deverá pagar em espécie pelo resultado, mas em aceitação de troca de um estilo de vida habitacional informal implantado de maneira desordenada por uma inclusão social convencional com a responsabilidade do ônus que isso traz.

Deve-se considerar também o fato do empreendimento ser de iniciativa do poder público, não cabendo, portanto, à população envolvida a opção de escolha entre aceitar ou não a intervenção.

1.3. JUSTIFICATIVA

Diversas pesquisas vêm sendo realizadas a respeito do tema nas suas mais diversas formas de abordagens, mas sempre considerando a importância que o beneficiário final tem nesse tipo de empreendimento, conforme alguns exemplos a seguir:

- Miron (2002), a partir do entendimento que os requisitos do cliente se referem às suas expectativas e necessidades, sendo que as expectativas estão relacionadas às previsões futuras que influenciarão a percepção e o comportamento, e as necessidades são exigências individuais ou sociais, afirma que o gerenciamento desses requisitos no desenvolvimento do produto edificação de EHIS, como a identificação, análise, priorização, disponibilização e controle das informações, melhora o desenvolvimento do processo.

A autora usou em sua pesquisa, a partir de dois estudos de caso no Rio Grande do Sul, adaptações de práticas bem sucedidas em contextos diferentes, utilizando como parte da estratégia de pesquisa a avaliação de satisfação dos clientes finais de empreendimentos habitacionais após a ocupação, onde buscou a identificação desses clientes e seus requisitos.

- Leite (2005) selecionou, para o desenvolvimento de sua pesquisa, empreendimentos habitacionais que atendem ao Programa de

Arrendamento Residencial (PAR), que oferece uma opção intermediária entre a política de aquisição da casa própria e os mecanismos de aluguel social, desenvolvidos no Rio Grande do Sul, com o objetivo de contribuir para o gerenciamento de requisitos do cliente final e com isso melhorar o processo de desenvolvimento desses empreendimentos.

Para tanto, a autora buscou primeiramente compreender o processo de desenvolvimento de empreendimentos do PAR para em seguida entender o perfil dos clientes finais e realizar avaliações da satisfação após a implantação em empreendimentos semelhantes em uso.

- Souza (2006) analisa a concepção do plano de desenvolvimento local de Belém do Pará na ocupação do Riacho Doce a partir da percepção da equipe técnica e das vivências dos moradores da área revelando a concepção e as práticas materializadas, em especial a gestão participativa.

Em seguida, faz uma análise comparativa entre o objeto de pesquisa e os diversos exemplos urbanos emergentes de desenvolvimento local utilizando uma configuração espacial concreta, a cidade, para mostrar como as propostas inovadoras ostentadas no documento foram implementadas na área de intervenção com o exercício do diálogo para propor novas possibilidades.

- Souza (2006) buscou compreender o processo de urbanização de um bairro periférico de Belém do Pará denominado Vila da Barca, buscando identificar a dinâmica de ocupação do espaço e os atores sociais, e observar os possíveis impactos provenientes dos projetos de urbanização e habitação previstos para a área por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, entrevistas e registros fotográficos.

Para tanto entrevistou 1 morador da área, 1 ex-morador, líderes comunitários e técnicos da Secretaria Municipal de Habitação para identificar a ocorrência inevitável de impactos negativos como a saída de

moradores residentes no local ocasionada pela ausência de mecanismos precisos que assegurem a permanência dos moradores.

- Lima (2007) buscou aumentar a satisfação dos usuários de EHIS desenvolvidos no Rio Grande do Sul propondo uma sistemática para o processamento dos requisitos do cliente a partir do conhecimento dos resultados obtidos com a pesquisa de Leite (2005).

Considerou como clientes vários agentes envolvidos no processo e partiu do pressuposto que o estabelecimento de conexões entre esses agentes, em termos de disponibilização de informações sobre requisitos, o resultado final atenderia às necessidades dos usuários.

Usou adaptações de questionários utilizados em pesquisas anteriores para avaliação de satisfação do cliente final de EHIS após ocupação e uso, como parte da estratégia para atender aos seus objetivos.

- Negrão (2007) realizou uma investigação junto aos moradores de dois assentamentos produzidos informalmente denominados Riacho Doce e Pantanal, em Belém do Pará, a respeito do impacto na área resultante da implantação de um projeto de melhoria física e de desenvolvimento social, dividindo esses moradores em cinco grupos: não remanejados, em remanejamento, remanejados, indenizados e moradores de um assentamento em formação.

Por meio da avaliação da evolução socioeconômica da comunidade a partir do projeto, das transformações ocorridas na habitação e da verificação se os objetivos definidos foram alcançados, buscou entender se os mecanismos utilizados pelos programas oficiais correspondem aos anseios da comunidade, concluindo que os impactos mais relevantes estão relacionados ao espaço da habitação em decorrência da padronização das UHs, quando foi escolhido um modelo embrião de habitação de alvenaria.

- Souza (2007), ao analisar o plano de ocupação urbana de uma área de ocupação irregular denominada Tucunduba, em Belém do Pará, buscando

novas propostas de gestão urbana, percebeu que as subdivisões espaciais criadas pelas obras repercutiram negativamente na ocupação e que o remanejamento excluiu os moradores de possíveis ganhos no local induzindo-os a buscar uma nova ocupação urbana além de desarticular as vivências dos moradores remanescentes que possuíam alguma relação com os remanejados.

- Miron (2008) investigou um EHIS no Rio Grande do Sul considerando que nesse tipo de empreendimento existem muitos fatores a serem investigados como a regularização fundiária, o reassentamento da população, o impacto ambiental, as restrições orçamentárias, o atendimento de prazo, a participação comunitária e a inclusão social.

Primeiramente buscou entender o contexto de concepção e o processo de desenvolvimento do empreendimento, através de estudo exploratório, quando investigou tanto as características mais bem sucedidas quanto as características menos bem sucedidas no atendimento das necessidades das famílias reassentadas para finalmente formular contribuições para o gerenciamento de requisitos do cliente no processo de desenvolvimento do produto EHIS.

- Abrahão (2008) analisou estratégias de desenvolvimento urbano em área de assentamento espontâneo denominada Paracuri 3, em Belém do Pará, para constatar que as concepções de moradia, espaço urbanizado e de desenvolvimento urbano se fazem presentes na perspectiva da população moradora, de técnicos e urbanistas e que essas estratégias podem melhorar a habitabilidade em assentamento espontâneo e incentivar a permanência dos moradores na área.

Buscou informações sobre diferentes áreas da cidade de Belém que passam ou passaram por processos de intervenção para munir sua pesquisa com resultados produzidos por suas experiências quanto à melhoria habitacional.

Para tanto, o autor entrevistou grupos diferentes de moradores de acordo com tipo e local da residência, meio de sobrevivência financeira, opção política e tempo de moradia na área, entre outros.

- Brito (2009) desenvolveu sua pesquisa baseada nas reclamações dos usuários de EHIS desenvolvidos no Rio Grande do Sul, no decorrer do uso, buscando a melhoria do processo de desenvolvimento do produto habitacional.

Para isso, utilizou reclamações registradas no banco de dados de uma administradora.

- Perdigão e Bruna (2010) analisaram uma área de remanejamento em Belém que priorizou os valores do morador no projeto habitacional como maneira de minimizar os impactos de um remanejamento involuntário, baseado no fato de que ao usar projetos arquitetônicos padronizados torna-se comum a adequação espacial ao longo do tempo pelo morador, sem orientação técnica.

Para comprovar o sucesso alcançado pelo empreendimento, usou uma consulta verbal através de desenhos e registros fotográficos realizados pelos próprios moradores e perguntas abertas sobre quais ambientes mais gostaram e o que menos gostaram em suas residências concluindo que, em intervenções físico-espaciais para melhoria habitacional, quando há restrição de recursos de materiais, torna-se prudente minimizar as restrições emocionais ocasionadas pela ruptura de vínculos espaciais.

- Cardoso (2010b), ao investigar os efeitos da regularização fundiária urbana para famílias de assentamentos precários, buscou confirmar a hipótese de que a titulação da terra possibilita, além da segurança de posse, melhores condições da qualidade de vida por meio da inserção social e econômica das famílias beneficiárias.

Para tanto, analisou as semelhanças e diferenças nas vidas das famílias, antes e após a titulação do lote ocupado, e também os pontos comuns

encontrados em três assentamentos, sendo que na ocasião da pesquisa nenhum estava totalmente concluído.

Apesar de muito ter sido pesquisado sobre o assunto de forma reativa, existem poucos estudos de forma proativa a respeito de empreendimentos de urbanização, regularização fundiária, serviços de infraestrutura e fornecimento de UHs, ainda em fase inicial de desenvolvimento, em áreas de assentamento irregular consolidados.

O interesse pelo tema e as práticas adotadas no desenvolvimento das pesquisas anteriormente citadas como exemplo, que evidenciam a importância do beneficiário final nesse tipo de empreendimento, proporcionaram elementos para a escolha do caminho a seguir, a partir de adaptações necessárias, visando atender ao objetivo deste trabalho.

1.4. QUESTÃO DE PESQUISA

A partir do contexto apresentado e do problema de pesquisa, foi elaborada a seguinte questão:

“Como a análise da percepção que os beneficiários têm de um projeto de urbanização para área de ocupação irregular pode contribuir para a concepção e desenvolvimento de projetos futuros com as mesmas características?”.

1.5. OBJETIVOS

Identificar os impactos, positivos e negativos, causados na população beneficiária do projeto de urbanização para área de assentamento irregular, objeto do problema de pesquisa.

Para possibilitar o atendimento do objetivo principal, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Compreender o desenvolvimento do objeto de investigação da pesquisa, e apresentá-lo de forma descritiva, identificando as principais barreiras encontradas pelos seus executores.

- 2) Conhecer, através de coleta e análise de dados, como a como a população beneficiária do empreendimento, tanto da área de proteção ambiental como da área seca, percebe a proposta considerando as principais reclamações apresentadas ao PJC, assim como suas expectativas com relação à conclusão do projeto.

1.6. DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Os questionários de coleta de dados foram aplicados em moradores que permanecem na área a sofrer a intervenção e entre aqueles que serão remanejados e que aguardam a conclusão do empreendimento. Portanto não buscou-se avaliar os resultados finais.

Não fez parte da pesquisa avaliação das UHs entregues a alguns moradores que já foram remanejados.

1.7. ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida em sete capítulos, sendo o primeiro constituído pela introdução e esta subdividida em contexto, problema de pesquisa, objetivos, e, por último, apresentação da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre EHIS, o que subsidiou este trabalho.

O terceiro é referente ao método usado, com apresentação do delineamento e das etapas da pesquisa e da ferramenta da coleta de dados.

O quarto apresenta os resultados da Etapa A referentes ao estudo exploratório e as reflexões finais sobre esse estudo.

O quinto apresenta os resultados da Etapa B.

O sexto trata da Etapa C, com a análise dos dados coletados na etapa anterior, e discussão com comparações desses resultados com a etapa A e com o problema de pesquisa.

Finalmente, o sétimo capítulo apresenta as conclusões do trabalho e sugestões para trabalhos futuros sobre o tema.

2. SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES

Na tentativa de combater o problema habitacional no Brasil, foi criado em 1964 o Banco Nacional da Habitação (BNH). Entretanto, essa iniciativa não tinha a preocupação de assegurar condições mínimas de habitação, mas sim de implementar um setor produtivo e combater o desemprego, tendo como subproduto a construção de moradias de menor custo possível, o que resultou em conjuntos habitacionais com padrões de qualidade muito baixos (SEGAWA, 2002).

Entretanto, a crise do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que levou à extinção do BNH, ocorrida em meados dos anos 80, agravou os problemas de moradia da população de baixa renda nas grandes cidades do país (BONDUKI, 2000).

Esses problemas, que foram gerados, pela aceleração do processo de urbanização e empobrecimento da população urbana, segundo Bonduki (2000), levou à necessidade da intervenção governamental por meio da criação de programas que buscavam uma gestão descentralizada e democrática com a participação popular para enfrentar a dramática questão habitacional e fundiária.

De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966 e que tem o Brasil entre seus Estados Membros, toda a pessoa tem direito a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família (IDH, s.d). Tal nível adequado inclui alimentação, vestimenta e moradia, cabendo aos Estados, tomar medidas apropriadas para assegurar a consecução desses direitos (IDH, s.d).

Entretanto conforme relatório elaborado em 2000 com a finalidade de avaliar a situação desses direitos no Brasil foi constatada a necessidade da criação de programas de proteção à população em situação de risco, de urbanização de áreas insalubres e de promoção da construção de moradias, entre outros (BRASIL, 2000).

Em 2001, através da Lei nº 10.188, foi criado o PAR, para o atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra, sob gestão do Ministério das Cidades e operacionalização da CAIXA. Esse Programa foi dirigido ao setor privado, para que atuasse como executor em parceria com o setor público o qual tinha entre suas atribuições a identificação dos locais para implantação dos projetos e das famílias beneficiárias (BRASIL, 2001a)

Em 2001 foi criado o Ministério das Cidades com a finalidade de tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, do saneamento ambiental, do transporte urbano e do trânsito, através da CAIXA, a operadora dos recursos (BRASIL, 2001b).

Esse ministério trabalha de forma articulada e solidária com os estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade no sentido de combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte (BRASIL, 2001b).

A Política Nacional da Habitação, aprovada em 2004 pelo Ministério das Cidades visando promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social, tem como componentes principais a integração urbana de assentamentos precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2004).

A literatura apresenta diferentes termos para designar áreas inadequadas à moradia, ocupadas irregularmente especialmente pela população de baixa renda, como, por exemplo, “assentamentos informais ou irregulares”, “assentamentos precários”, “invasões”, “favelas”, “baixadas”, “ocupações irregulares” e etc.

Para Davis (2006), as “invasões” são caracterizadas pelo ato de se apossar da terra sem compra nem título de propriedade e que a ocupação ocorre geralmente em terra urbana de baixo valor e em lugares de risco ou extremamente marginais, cujos proprietários podem ser tanto pessoa física quanto o Estado.

Segundo Pasternak (1984), o termo “favela” ficou registrado oficialmente como área de habitações construídas irregularmente em áreas invadidas, sem arruamentos e sem plano urbano, um lugar de carência, da falta e do perigo, e que essas ocupações ilegais variam tanto ao seu traçado físico, que chega a apresentar forma regular, quanto ao material empregado para a construção de casas, que vão de madeira e zinco chegando a ser de alvenaria, cobertas de telhado ou laje.

Para Abiko e Coelho (2009), “favela” é um termo, de certa forma genérico, comumente utilizado para definir aglomerações habitacionais de baixa renda, em condição fundiária irregular, ocupação espontânea de terra e com carência de infraestrutura, mesmo que em alguns casos parte dessas características possa não estar presente. Os terrenos utilizados em sua implantação podem ser públicos ou privados, sendo fruto ou não de processo prévio de parcelamento oficial do solo (ABIKO; COELHO, 2009).

Fernandes (2008) acrescenta os termos “assentamentos informais”, “loteamentos clandestinos” e/ou “irregulares” para designar ocupações ilegais resultantes de invasões, geralmente impróprias para ocupação humana.

Segundo Souza (2006), a percepção de “baixadas” em Belém acabou sendo associada a determinadas características sociais, políticas e econômicas de seus moradores ao invés das condições topográficas. De fato, tornaram-se áreas densamente ocupadas por grupos sociais marginalizados, oriundos do interior do Estados ou de outras áreas da cidade, com incipiente ou nenhuma infraestrutura urbana (SOUZA, 2006).

Este trabalho adota o termo “área de ocupação irregular”, para designar a área a ser pesquisada, a qual está entre aquelas que poderão ser contempladas com projetos de interesse social da COHAB/PA em parceria com programas federais.

Nos assentamentos irregulares predominam os domicílios precários que, segundo Síntese de indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE (IBGE, 2010), caracterizam-se por apresentar ausência de água por rede geral canalizada, de esgoto por rede geral ou fossa séptica, ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio; teto e paredes feitos com materiais não permanentes; adensamento excessivo (mais de três pessoas por cômodo servindo de dormitório); não conformidade com os padrões edilícios (aglomerado subnormal); e irregularidade fundiária urbana (terrenos construídos em propriedades de terceiros ou outras condições de moradia, como no caso de invasões).

Dias (2007) observa que o crescimento desordenado do espaço ocorre sem o efetivo controle do poder público o qual, a nível local, se constitui um dos principais agentes responsáveis pelo aparecimento dos graves problemas ambientais, por falta de políticas públicas destinadas a minorar os problemas enfrentados pela parte da população, comprometendo, em larga medida, a sua qualidade de vida.

Entretanto, França e Bayeux (2002) afirmam que, a partir da década de 70, diversas políticas e programas de Estado foram adotados na busca de soluções para o problema habitacional do país que se apresentava em dimensões até então desconhecidas pelo poder público e que, apesar dos significativos investimentos, a insatisfação com a política adotada intensificou o processo das ocupações urbanas irregulares, em especial nas favelas e loteamentos clandestinos, conduzidos à base de múltiplos conflitos e à margem das legislações vigentes.

Acrescentam ainda que para os arquitetos e urbanistas brasileiros, trabalhar para a população ocupante dessas áreas significa, cada vez mais, construir um projeto de futuro vinculado não só à construção de novas e dignas moradias, mas

também à superação de um conjunto de déficits relacionados à infraestrutura, acessibilidade, equipamentos e serviços públicos (FRANÇA; BAYEUX, 2002).

Entretanto, Davis (2006) afirma, em seu estudo sobre favelas do mundo, que os favelados, embora constituíssem 6% da população urbana dos países desenvolvidos, consistiam em espantosos 78,20% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos.

O mesmo autor diz ainda que em países do terceiro mundo os pobres urbanos têm que resolver um problema complexo ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia de posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança, e que a pior situação para essa parte da população é um local ruim e caro, sem serviços públicos e sem garantia de posse (DAVIS, 2006).

A sobrevalorização fundiária urbana e o custo necessário para gastos com a provisão da habitação própria ocasionam a procura de áreas não desejadas pelas empresas do mercado imobiliário e com precárias condições de infraestrutura urbana para a formação do que convencionalmente tem-se chamado de assentamento espontâneo (ABRAHÃO, 2008).

Essa realidade, segundo Dias (2007), vem se agravando com a expansão das cidades que levam a população de menor poder aquisitivo a ocupar espaços mais afastados, na maioria das vezes inadequados à moradia, como periferias, ocupações urbanas, loteamentos clandestinos, fundos de vales, baixadas alagadas, áreas de pântanos, entre outros. Esses lugares se caracterizam pelas péssimas condições de qualidade social e ambiental, carentes em infraestrutura e em serviços de consumo coletivo, nos quais é negado à população o direito à cidade formal (DIAS, 2007).

O processo rápido de urbanização do País, com povoamento de metrópoles desprovidas de suficiente infraestrutura, associado ao fato do aumento da pobreza e do desemprego formal nas últimas décadas, pode explicar em parte a expansão das favelas (ABIKO; COELHO, 2009).

Segundo Cordeiro (2009), o crescimento da população residente em favelas no Brasil, tornou as práticas governamentais nessas ocupações cada vez mais freqüentes. As políticas de remoção total de favelas, com expulsão de seus moradores para periferias longínquas, foram prática adotada desde o início das intervenções e perduram em alguns municípios até hoje.

Cardoso (2007), constata uma forte tendência à contínua reprodução dos assentamentos informais e precários, que são uma alternativa viável de acesso de moradia para amplas camadas da população, e considera que a legislação referente a normatização fundiária, urbanística ou construtiva, tem papel importante nessa tendência, uma vez que, na maioria dos municípios brasileiros, se encontra desatualizada e inadequada às políticas que ambicionam a ampliação da oferta de moradias.

Entretanto Denaldi (2007) afirma que a partir de 1995 observa-se o aprimoramento das intervenções municipais em favela, com grandes avanços na concepção de políticas de urbanização, e que a erradicação de favelas é praticamente abandonada na década de 1980 pela maioria dos governos que começa a adotar projetos de urbanização (ou reurbanização), de recuperação ambiental e de combate à exclusão social.

As políticas de remoção total de favelas, com expulsão de seus moradores para periferias longínquas que perduram em alguns municípios até hoje, foram substituídas por políticas de urbanização de favelas desenvolvidas a partir dos anos 80 em algumas cidades brasileiras demonstram a viabilidade de outro tipo de intervenção, que reconhecem o direito de moradia das famílias, com o necessário atendimento pelos serviços de infraestrutura e equipamentos públicos, condições adequadas de habitabilidade e segurança na posse (CORDEIRO, 2009).

Por meio do Decreto nº 6.025 de 2007, foi criado o PAC que, entre suas medidas, vem destinando recursos de crédito à CAIXA, para aplicação em saneamento e habitação, com o objetivo de proporcionar a melhoria de vida da população brasileira, envolvendo, tanto o setor privado quanto o público (BRASIL, 2007).

O PAC prevê, entre suas ações, dar apoio a propostas de urbanização de assentamentos precários com regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade para a população localizada em área inadequada à moradia. Nesse sentido, o PAC visa a permanência ou realocação dessa população, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

O aumento da aplicação de recursos de programas federais para ações de urbanização de favelas permite que os municípios adotem a concepção de propostas que têm como preceito a urbanização, integrando questões ambientais, sociais e de saneamento como política oficial, uma vez que está descrita como exigência dos programas federais de utilização de recursos (CORDEIRO, 2009).

Segundo Werna et al. (2001) apesar de existir uma tendência clara de se reduzir uma intervenção direta dos agentes públicos e de se estimular a participação de agentes não públicos no processo de provisão de habitação, não significa que os agentes públicos, (isto é, o Estado), vão se tornar desnecessários.

Essa afirmação pode ser corroborada com a inclusão dos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) – Intervenções em Favelas nos projetos de infraestrutura social e urbana previstos pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007).

Tal programa, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), a quem compete celebrar os contratos e acompanhar e atestar a execução do objeto das contratações efetuadas, é dirigido ao chefe do poder executivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ou seu representante legal, com a finalidade de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

Como representante legal do Estado a COHAB/PA, sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades por Ações, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 3.282, de 13 de abril de 1965 (BELÉM, 2008), vem desenvolvendo programas e projetos habitacionais de interesse social, entre eles o de

urbanização de áreas de ocupação irregular atendendo aos critérios e normas estabelecidas por legislação federal e estadual.

Com relação a essa participação Cardoso (2007) chama a atenção para o papel que as companhias habitacionais, que têm em maior ou menor grau uma capacidade técnica e organizacional não desprezível, têm na mobilização para urbanização de assentamentos precários.

Para pleitear recursos do PPI – Intervenções em Favelas, as propostas apresentadas deverão observar entre outras, as seguintes diretrizes específicas:

- atendimento às normas de preservação ambiental, eliminando ou mitigando os impactos ambientais negativos na área objeto de intervenção e seu respectivo entorno ou, no caso de realocação de famílias, na área anteriormente ocupada, evitando novas ocupações com a execução de obras de urbanização e recuperação ambiental;
- reassentamento total de famílias nos casos em que o assentamento precário esteja em área imprópria para uso habitacional, para local o mais próximo possível da antiga área ocupada, tendo em vista as relações de vizinhança e emprego estabelecidas, bem como da infra-estrutura e equipamentos públicos existentes.

Além dessas diretrizes específicas, ainda é necessária a verificação jurídico-documental da área visando garantir a regularização fundiária em favor das famílias beneficiárias.

Dentre os itens básicos exigidos para as propostas está do desenvolvimento do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) apoiando a implementação das ações desde a concepção do projeto até a etapa posterior à conclusão das obras e serviços.

O PTTS nos Programas de Desenvolvimento Regional operacionalizados pela CAIXA baseia-se na premissa de que a participação dos beneficiários promove uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos

grupos sociais envolvidos, e apresenta-se como contribuição significativa para a sustentabilidade do empreendimento (CAIXA, 2010).

As ações do PTTS devem ser desenvolvidas com enfoque interdisciplinar em sincronia com a realização das obras físicas. Iniciam-se com o levantamento de dados e informações que permitem a caracterização da situação local onde se pretende realizar a intervenção proposta (CAIXA, 2010).

Dentre as ações previstas no PTTS, estão as informativas, que visam informar aos beneficiários sobre os projetos técnicos e de andamento das obras, e as de apoio à movimentação das famílias para permitir o desenvolvimento das obras do projeto de urbanização, e de remoção definitiva de famílias para outras áreas, em função de ocuparem áreas de risco ou de preservação (CAIXA, 2010).

Faz parte também do PTTS o diagnóstico que deverá conter as características da área a sofrer a intervenção como localização geográfica, aspectos ambientais, dominiais e urbanísticos, forma e tempo de ocupação, densidade populacional e características da ocupação (CAIXA, 2010).

Esse diagnóstico deverá ser obtido através do levantamento planialtimétrico e cadastral da área que, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (ABNT, 2000), permite obter, entre outros, o conhecimento do terreno quanto ao seu relevo, limites, confrontações, área, localização, amarração e posicionamento, informações do terreno destinadas a estudos preliminares, projetos e edificação de modo a possibilitar a implantação e a realização das diversas etapas de controle dimensional das obras de edificação, desde a terraplenagem, fundação, estrutura, instalações até o “como construído”.

Segundo Medvedovski (2002), a regularização fundiária é o processo de intervenção pública que objetiva legalizar e viabilizar tecnicamente a permanência de populações moradoras em áreas urbanas que foram ocupadas em desconformidade com as leis e padrões técnicos e urbanísticos para fins de habitação e a regularização urbanística ocupa-se da conformidade das áreas

habitacionais em relação a padrões construtivos e de inserção urbana da unidade habitacional.

O distrito de Icoaraci, área de atuação da COHAB/PA, segundo Dias (2007), se constitui no espaço resultante de processos históricos, ocorridos a partir da ocupação da Amazônia, de forma geral, e em particular, de sua própria história, ou seja, a cidade é resultado de tempos e espaços acumulados ao longo do processo.

A expansão da cidade se deu acompanhando a margem da baía do Guajará e do furo do Maguari, que na Amazônia passou a ser denominado de frente para o rio, caracterizando o padrão de urbanização ribeirinho (DIAS, 2007).

Essa expansão urbana, segundo o mesmo autor, se deu de modo gradual a partir do esquadramento das quadras que originou os bairros tradicionais de Icoaraci - Cruzeiro e da Ponta Grossa – marcando o início do processo de ocupação, apropriação e denominação do espaço.

Em seguida, as pessoas que não dispunham de condições econômicas para aquisição da moradia na cidade passaram a ocupar, de forma clandestina, as margens dos igarapés que cortam o Distrito em vários sentidos (DIAS, 2007).

A ocupação ocorrida no bairro do Cruzeiro, (também conhecida por Cubatão), cenário da pesquisa realizada neste trabalho, se caracteriza por ser um ambiente extremamente precário, o que compromete a qualidade de vida e a preservação do igarapé que corta a área (DIAS, 2007).

3. MÉTODO DE PESQUISA

Segundo Gil (1999), a partir da necessidade de obtenção de conhecimentos mais seguros que os fornecidos por outros meios, desenvolveu-se a ciência, que constitui um dos mais importantes componentes intelectuais do mundo contemporâneo.

Esse mesmo autor afirma que a ciência tem por objetivo formular, mediante linguagem rigorosa e apropriada, leis que são capazes de descrever séries de fenômenos e prever, pelo menos - de forma probabilística - acontecimentos futuros, e que o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

O estudo de caso, segundo Yin (2001), permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas de eventos da vida real, entre elas, processos organizacionais e administrativos e mudanças ocorridas em regiões urbanas, por tratar-se de questionamentos do tipo “como” e “o que” (no sentido exploratório), e por buscar-se os resultados de um evento contemporâneo, sem a manipulação de evidências.

Os métodos de abordagem de uma pesquisa científica podem ser classificados, segundo Marconi e Lakatos (2001), em métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. Gil (1999) considera que o método indutivo é o mais adequado para as ciências sociais uma vez que parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares e que a generalização deve ser constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade.

Para Creswell (2007), nos métodos qualitativos, os pesquisadores tentam entender o contexto ou o ambiente dos participantes visitando e colhendo informações pessoalmente e fazendo uma interpretação do que encontram. Ainda segundo o autor, as estratégias associadas à técnica de métodos mistos envolvem coleta e análise de dados tanto da forma qualitativa quanto da quantitativa.

Goldenberg (2005) entende que, numa pesquisa social, a utilização de métodos quantitativos torna possível o encontro de dados generalizáveis e o uso de métodos qualitativos permitirá observar como cada indivíduo ou grupo experimenta a realidade pesquisada. Considera ainda que a integração de dados quantitativos e qualitativos pode proporcionar uma melhor compreensão do problema estudado.

Portanto, para desenvolvimento deste trabalho, optou-se por um estudo de caso, usando método indutivo, com abordagem qualitativa/quantitativa, a partir de um estudo exploratório, conforme delineamento representado na Figura 1.

3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

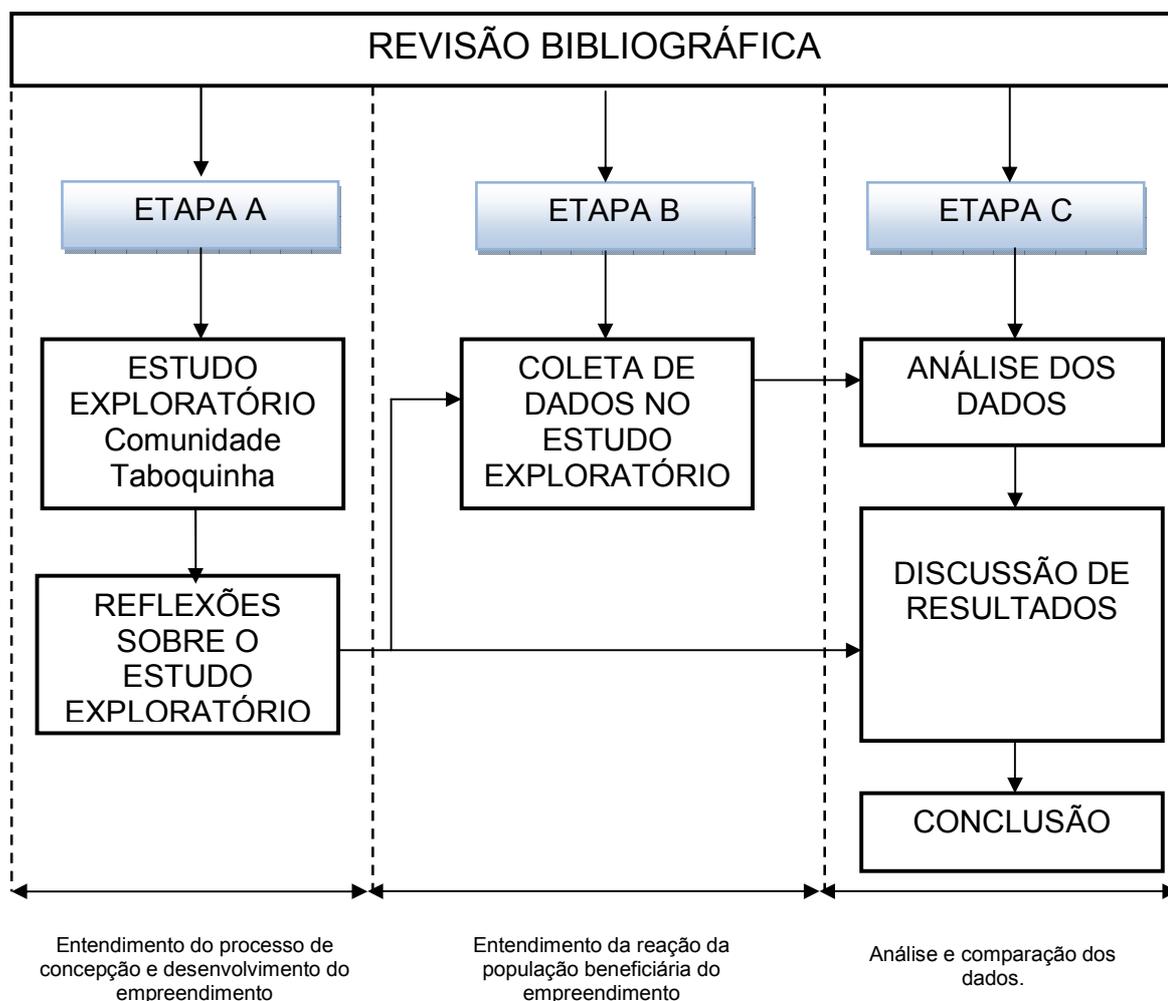


Figura 1 – Delineamento da pesquisa

Conforme observado no delineamento da pesquisa, o desenvolvimento deste trabalho foi dividido em três etapas. A Etapa A, foi constituída do estudo exploratório do objeto do problema apresentado cujo resultado e as reflexões finais deram origem ao planejamento das etapas subsequentes.

A Etapa B teve como foco conhecer como a população beneficiária, tanto da área de proteção ambiental como da área seca, estava reagindo ao empreendimento objeto estudo exploratório da etapa anterior assim como o que ela esperava em relação ao seu resultado. Essa etapa foi desenvolvida com base nas práticas e resultados apresentados nas pesquisas constantes da revisão bibliográfica.

A Etapa C foi constituída da análise dos dados coletados na etapa B, discussão dos resultados comparados aos da etapa A e ao problema de pesquisa, e da conclusão do trabalho.

3.2. APRESENTAÇÃO DA ETAPA A

O estudo exploratório do objeto representante do problema desta pesquisa foi realizado entre setembro de 2009 e março de 2010, com o objetivo de conhecer o processo de concepção e desenvolvimento do empreendimento e identificar as principais barreiras encontradas no desenvolvimento dos projetos técnicos de urbanização e os pontos de maior impacto na população envolvida.

O acesso ao PTTS e aos projetos técnicos de urbanização e edificações, entrevistas abertas com assistentes sociais, arquitetos e engenheiros, complementados com a participação em reuniões promovidas pelo Ministério Público e visitas ao local para a observação da realidade, proporcionaram o conhecimento e a análise crítica do desenvolvimento do projeto do empreendimento.

Além disso, foram realizadas entrevistas com dois líderes comunitários compostas de questões abertas, que possibilitaram o aprofundamento das informações consideradas relevantes para a pesquisa. Tanto as entrevistas com os líderes comunitários quanto com os técnicos da COHAB seguiram roteiros adaptados dos utilizados por Miron (2008; Ver Apêndices I e II).

Como complementação, foi feita uma avaliação de satisfação geral dos beneficiários das primeiras unidades habitacionais entregues para atender os remanejamentos necessários. Essa avaliação, que não foi o foco do estudo exploratório, teve como objetivo acrescentar dados à observação da reação da população ao início da intervenção proposta.

Para a realização da avaliação, buscou-se, com a adaptação de questionários utilizados por Leite (2005), um modelo de fácil compreensão para os respondentes, com questões referentes ao empreendimento como um todo, ao atendimento prestado pela COHAB, à sua participação no projeto e às características principais da sua nova habitação (Ver Quadro 1).

Quadro 1 – Modelo de avaliação pós-ocupação (adaptado de LEITE, 2005)

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE: PÓS-OCUPAÇÃO			
EMPREENHIMENTO: COMUNIDADE TABOQUINHA / RESIDENCIAL MESTRE VEREQUETE			
Questionário N°:		Data do Questionário:	
Bloco:	Andar:	Apartamento:	Tempo de moradia: ____ meses
Quantos moradores fixos residem no apartamento? ____ pessoas			
Quais foram as 5 coisas que você mais gostou no Projeto Taboquinha? Ordene.			
Quais foram as 5 coisas que você menos gostou no Projeto Taboquinha? Ordene.			
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES COM A NOVA MORADIA	 Insatisfeito	 Neutro	 Satisfeito
Implantação do projeto			
Trabalho da Cohab			
Participação no projeto			
Localização			
Tamanho da nova casa			
Qualidade da nova casa			
Distância para o local de trabalho			
Fornecimento de água e luz			
Segurança			
Distância para escolas e postos de saúde			
Serviços de transporte			
Áreas de lazer			
Coleta de lixo			
Ter que deixar a sua casa anterior			

O questionário foi aplicado em 84 famílias remanejadas escolhidas aleatoriamente, com a ajuda de representantes da comunidade, que foram orientados a começar pelas perguntas abertas para em seguida preencher as respostas de múltiplas escolhas.

Finalmente, após a análise dos dados coletados, foi realizada uma reflexão sobre os resultados encontrados, o que subsidiou a continuação da pesquisa de modo a atender aos objetivos do trabalho.

3.3. APRESENTAÇÃO DA ETAPA B

O estudo exploratório da primeira etapa deste trabalho foi concluído no início do desenvolvimento do empreendimento, quando as obras dos serviços de infraestrutura estavam iniciando, sendo que o primeiro conjunto habitacional havia sido entregue a apenas 3 meses, o projeto de urbanização ainda estava sendo elaborado e estavam sendo realizados os primeiros remanejamentos e as primeiras indenizações.

A etapa B teve início em abril de 2011, ou seja, 13 meses após a conclusão do estudo exploratório apresentado na etapa A. Esse espaço de tempo levou à necessidade de se conhecer o estágio em que se encontravam as obras do empreendimento, levando em consideração que a data prevista pela COHAB para a sua conclusão era outubro de 2010.

Nessa ocasião as obras do empreendimento se encontravam praticamente paralisadas e, com as eleições, a direção de Governo do Estado havia sido mudada passando a ser exercida por um representante da oposição.

Primeiramente, em 26 de abril de 2011, foi feito contato com a representante comunitária que vinha auxiliando a autora desde o início do trabalho, com a finalidade de colher informações atualizadas sobre o empreendimento sob o ponto de vista dos moradores.

Em seguida, realizou-se, com a participação de representantes da comunidade, uma visita à área buscando uma visão geral das obras e informações complementares sobre o estágio em que se encontrava o empreendimento.

Finalmente, foram contatados representantes da CAIXA e da COHAB para conhecer a versão final do projeto de urbanização, o andamento dos trabalhos de acompanhamento e fiscalização das obras e possíveis aditamentos do contrato original, principalmente os referentes a prazos e custos, e com isso possibilitar a montagem do instrumento de coleta de dados.

Após a atualização do andamento do empreendimento, buscou-se conhecer a percepção da população ocupante tanto da área de proteção ambiental quanto da área seca sobre a intervenção em andamento e o que ela esperava de melhor e de pior do empreendimento como um todo.

Optou-se, portanto, pela aplicação de questionários em amostras de famílias, com a colaboração de dois membros da comunidade que receberam instruções sobre o procedimento de aplicação dos questionários.

O cálculo das amostras para a área urbanizada procurou obedecer ao critério do Ministério das Cidades (s.d.), usado pela COHAB, que recomenda para projetos de pequeno porte que a pesquisa seja feita com o universo total de moradores, para projetos médios (de 100 a 200 famílias/domicílios) uma amostra de 50% e para projetos grandes (de mais de 200 famílias/domicílios) o critério mínimo de 20% da totalidade representativa, com modelos simples de aleatoriedade.

Desse modo, buscou-se atingir o total de 200 famílias, que representavam 20% do total de famílias locadas no momento da coleta de dados dentro da área. Entretanto, pelas dificuldades encontradas referentes à disponibilidade de tempo dos entrevistados e à resistência que muitos apresentaram em colaborar, foi possível realizar o total de 181 entrevistas.

Para fins de investigação, o conceito família foi considerado como um grupo cuja definição está limitada pela condição de residência em um mesmo domicílio, existindo ou não vínculos entre seus membros (IBGE, 2010).

A escolha do entrevistado foi feita na hora da entrevista, pelos próprios moradores, contanto que fosse uma pessoa adulta, proprietária ou não, e moradora fixa. O tempo da entrevista foi de aproximadamente 15 minutos.

Contatos foram feitos com líderes comunitários para marcação dos dias de coleta, preferencialmente nos finais de semana e feriados, de modo a facilitar o encontro com as famílias.

O prazo de desenvolvimento desta etapa foi de 30 dias tendo sido finalizada em julho de 2011.

3.3.1. Ferramenta da coleta de dados

Na construção do questionário, primeiramente procurou-se identificar o local onde estava localizada a casa, o que permitiria saber se a família deveria ser obrigatoriamente remanejada (no caso de estar situada em área de preservação ambiental) ou se poderia permanecer no local (no caso de estar situada em área seca).

Por meio das perguntas abertas buscou-se identificar como o beneficiário percebe a intervenção de forma proativa e identificar pontos que possam constituir barreiras para o desenvolvimento do projeto assim como conferir se empreendimentos com essas características, que são de iniciativa do executor, são também de interesse da população envolvida.

Buscou-se também saber até que ponto o morador conhecia os projetos técnicos, assim como saber o que o significava a intervenção para ele e sua família. Considerando-se o atraso do empreendimento e as manifestações observadas na ocasião da visita ao local, foi incluída uma questão para saber se o morador acreditava ou não na sua conclusão.

Perguntas buscando coletar dados sobre os lotes e casas foram realizadas com a finalidade de encontrar possíveis associações com as repostas abertas sobre o que o morador esperava do empreendimento.

Perguntas sobre a regularização fundiária proposta, a legalização de fornecimento de luz e água, o remanejamento de famílias para o atendimento do traçado das vias e de exigências da legislação, assim como da existência ou não de comércio na residência foram elaboradas levando em consideração as queixas registradas no MP que deram origem ao problema de pesquisa.

Finalmente, foi previsto espaço para considerações do entrevistado que complementaram as perguntas abertas feitas no início da entrevista.

Antes do início da coleta de dados foi feito um pré-teste do questionário em 8 famílias representantes do universo a ser pesquisado, com a finalidade de identificar qualquer falha em sua estrutura ou dificuldade de entendimento de alguma questão, o que permitiu os ajustes necessários na ferramenta.

O resultado do questionário de coleta de dados é apresentado no Apêndice III.

3.4. APRESENTAÇÃO DA ETAPA C

A Etapa C foi desenvolvida com o uso da análise exploratória de dados e da análise de correspondência, apresentadas de forma descritiva com o uso de gráficos e tabelas, sendo realizada em agosto e setembro de 2011.

Para Magalhães e Lima (2004), a análise exploratória de dados é um conjunto de técnicas utilizadas para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de dados, na qual se podem tirar conclusões a respeito da característica de interesse. Em geral, é utilizada na fase inicial da análise de um conjunto de dados, por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas.

Segundo Lúcio et al., 1999, a análise de correspondência serve para determinar um sistema de associação entre dois ou mais conjuntos.

Para aplicar a técnica da análise de correspondência é necessário que o teste Qui-quadrado (χ^2) seja aplicado para verificar a dependência das variáveis. O próximo passo é realizar o teste do Critério Beta (β) dado por

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l - 1)(c - 1)}{\sqrt{(l - 1)(c - 1)}}$$

para confirmar a dependência das variáveis estudadas. Se $\beta > 3$, as variáveis são ditas dependentes a um risco menor ou igual a 5%.

Deve ser observado também que a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser maior que 70% para que o resultado da análise de correspondência possa ser validado.

Para afirmar quais categorias das variáveis realmente possuem associação significância é preciso obter os resíduos padronizados (Z_{res}), dado por

$$Z_{res} = \frac{E_{ij} - O_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}$$

De acordo com Ramos et al. (2008), para avaliar a significância dos resíduos, é necessário obter o coeficiente de confiança, que para efeito de relação estatística, serão consideradas relações significativas entre as variáveis quando o coeficiente de confiança for maior ou igual a 0,70 ou equivalentemente $100 \times 0,70\% = 70\%$.

As perguntas abertas constantes do questionário foram agrupadas em categorias para gerar gráficos com as possíveis melhorias e as possíveis pioras que poderiam ocorrer para as famílias, segundo o ponto de vista dos entrevistados, com o término da implantação do empreendimento.

Grupo das possíveis melhorias para os moradores da área seca:

- formado por aqueles que acreditam que alguma coisa vai melhorar de modo geral; pelos que acham que nada vai mudar; pelos que acham que vai melhorar para quem vai ser remanejado para uma casa da COHAB e sair da área alagada e ir para local seco; pelos que esperam que o saneamento básico vá resolver principalmente o problema da coleta de lixo e a despoluição das águas do igarapé; pelos que esperam o fim de novas invasões, do tráfico de drogas existente no local, e melhor saúde e segurança para a população.

Grupo das possíveis melhorias para os moradores da área alagada:

- formado por aqueles que acreditam que alguma coisa vai melhorar de modo geral; pelos que acham que nada vai mudar; pelos que

esperam ser remanejados para uma casa melhor, localizada em área seca, com saneamento básico e ter melhor qualidade de vida.

Grupo das possíveis pioras para os moradores da área seca:

- formado por aqueles que não acreditam em pioras; pelos que acham que vai piorar de modo geral; pelos que acham que os lotes desocupados vão ser invadidos novamente; pelos que acham as obras realizadas de má qualidade e que causarão problemas no futuro, pelos que reclamam do tamanho da UH que consideram pequeno para a quantidade de pessoas da família; pelos que temem os novos vizinhos no novo local da moradia; por aqueles que entendem que a COHAB não está preparando a população para viver o novo estilo de vida.

Grupo das possíveis pioras para os moradores da área alagada:

- formado por aqueles que não acreditam em pioras; pelos que acham que vai piorar de modo geral; pelos que acham que os lotes desocupados vão ser invadidos novamente; pelos que acham as obras realizadas de má qualidade e que causarão problemas no futuro; pelos que reclamam do tamanho da UH que consideram pequeno para a quantidade de pessoas da família, pelos que temem os novos vizinhos no novo local da moradia; por aqueles que temem o pagamento obrigatório de taxas de água e luz.

4. RESULTADOS DA ETAPA A

No assentamento objeto do estudo exploratório, desenvolvido de forma irregular em terrenos de propriedade privada, os lotes onde estão construídas as moradias, por terem sido ocupados de forma ilegal não possuem, em sua maioria, nenhum documento de propriedade. Entretanto, em muitos casos, os moradores conseguiram delimitar e adquirir as escrituras de seus lotes comprovando a posse e propriedade.

Alguns moradores, com o passar dos anos, foram construindo casas dentro do lote que ocupavam para abrigar novas famílias que foram se constituindo a partir da família original, formando com isso grandes bolsões familiares.

Na área em questão existem tanto casas locadas em terrenos secos, de alvenaria e estruturadas, muitas delas com mais de um pavimento, construídas aos poucos pelos moradores e em bom estado de conservação, quanto casebres degradados e sem instalações sanitárias, inadequados para moradia e erguidos em áreas alagadas, pântanos ou áreas de preservação ambiental.

Ocorre que, com a regularização fundiária, todos os lotes deverão ser delimitados de forma a atender às medidas mínimas exigidas pela legislação, o que poderá ocasionar mudanças drásticas para aqueles que haviam formado os bolsões familiares que deverão perder essa característica ao serem separados uns dos outros, e para aqueles que não possuem o documento de propriedade e que poderão ter o lote que julgavam seu diminuído de tamanho.

Para atendimento do projeto de urbanização, muitas casas deverão ser retiradas para permitir o traçado do sistema viário e a localização de equipamentos urbanos. A essas famílias será dada a oportunidade de escolher entre uma UH fornecida pela COHAB e a indenização pelas benfeitorias feitas. Ocorre que o cálculo da indenização fica muito abaixo do que o proprietário julga valer sua propriedade, baseado no mercado imobiliário.

O remanejamento proposto para aquelas famílias que receberão uma UH localizada em área próxima à área a sofrer a intervenção poderá afastar vizinhos

que convivem próximos há longo tempo, formaram vínculos sólidos de amizade e se ajudam mutuamente quando precisam.

Durante a implantação do trabalho social, buscou-se capturar as necessidades da população beneficiária, utilizando-se instrumentos como ficha de atenção social por família, registro em diário de campo, registro fotográfico, filmagem, listas de presença, depoimentos dos beneficiários e memórias/relatórios/atas de reuniões, conforme trecho de entrevista abaixo:

[...] o trabalho social do projeto teve seu ponto de partida mais ou menos dois anos antes do início do trabalho físico, quando começou o cadastramento socioeconômico da população e o registro fotográfico da área. A partir daí, foi usada a técnica do congelamento, que consistiu em informar aos moradores, que qualquer mudança física nas benfeitorias ocorrida após o cadastramento, não seria considerada no momento da avaliação do imóvel, técnica essa quase nunca atendida, em virtude das frequentes ações necessárias para suportar a precariedade e a insalubridade do local durante esse período (Assistente Social da COHAB).

O desenvolvimento dessa etapa proporcionaria a oportunidade de identificar os anseios e expectativas dos moradores com o objetivo de fornecer informações importantes para o desenvolvimento dos projetos técnicos de urbanização, arquitetura e infraestrutura, e com isso minimizar os impactos que esse tipo de intervenção causa.

O trabalho social permitiu, além da constatação das características locais (Ver Figuras 2,3,4,5, 6 e 7), levantar dados como a caracterização da organização comunitária local e da população beneficiária, por meio de uma pesquisa por amostragem realizada na comunidade, com cerca de 31,6% das unidades habitacionais.



Figura 2 – Foto de comércio local da área
(Fonte COHAB/PA, 2010)



Figura 3 – Foto de comércio local da área
(Fonte: COHAB/PA, 2010)



Figura 4 – Foto de residência existente na área
(Fonte: COHAB/PA, 2010)



Figura 5 – Foto de residência existente na área
(Fonte: COHAB/ PA, 2010)



Figura 6 – Foto de construção existente na área
(Fonte: COHAB/PA, 2010)



Figura 7 – Foto de características da área
(Fonte: COHAB/2010)

Com esses dados, foi traçado um perfil dos responsáveis pelas famílias (sexo, idade, naturalidade, estado civil predominante e número de pessoas sob sua responsabilidade) e determinados os níveis de escolaridade e renda média mensal das famílias.

Foram identificados ainda, o tempo de moradia no local e as características da habitação ocupada, a quantidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, a natureza dessas necessidades e a idade média da população.

Os resultados encontrados nessa pesquisa e apresentados no PTTS são transcritos a seguir:

- Quanto aos responsáveis pelas famílias entrevistadas: 75% são do sexo feminino, a maioria (65%) com idade entre 18 e 45 anos, quase a totalidade (93%) natural do Pará cujo estado civil predominante é estável com filhos, com escolaridade mais incidente no ensino fundamental incompleto. Normalmente estas pessoas têm entre duas e três pessoas sob sua responsabilidade financeira e educacional.
- Quanto aos dependentes dos responsáveis pelas famílias: 72% são estudantes, na maioria dos casos classificados no ensino fundamental incompleto.
- Quanto às famílias entrevistadas: têm renda mensal predominante na faixa de 1 a 2 salários mínimos, normalmente garantidos por apenas um membro da família, no geral advinda de atividades classificadas como autônomas. É comum a dependência do igarapé para a garantia da renda familiar, pois existem muitos pescadores autônomos na comunidade. Detectou-se que em 11% das famílias entrevistadas há uma pessoa portadora de necessidades especiais, porém apenas 1% depende do uso de cadeira de rodas. Observa-se o predomínio de uma população jovem, pois apenas 16% têm mais de 65 anos.
- Quanto à moradia das famílias entrevistadas destaca-se o seguinte: prevalecem os que moram na área há mais de 5 anos, em condição de

casa própria, construída em madeira, dispendo de mais de 5 cômodos em estado de conservação, no geral utilizada somente para fins de moradia.

O trabalho social deverá prolongar-se até a entrega do empreendimento, através de ações como mobilização e organização comunitária, fomento e geração de trabalho e renda, educação sanitária, educação ambiental, educação para o trânsito e educação patrimonial.

O trabalho físico teve início com o levantamento topográfico cadastral para fornecer dados necessários ao projeto de urbanização, tais como o traçado e a topografia da área, as cotas de níveis e as locações, tanto das habitações existentes quanto do Igarapé do Taboquinha (que corta a área - Ver Figura 8).



Figura 8 – Foto aérea da área a sofrer intervenção
(Fonte: COHAB/PA, 2010)

O levantamento topográfico cadastral, juntamente com a pesquisa realizada para levantamento das características locais, fornece subsídios para o desenvolvimento dos projetos de urbanização e de remanejamento e deve ser iniciado e concluído com bastante antecedência a estes.

No projeto de urbanização, foram atendidas necessidades relacionadas ao sistema viário e de acessibilidade (gerando segurança e permitindo a coleta de lixo, o deslocamento de ambulância, de transporte coletivo, etc), de abastecimento de água (com a melhora do sistema existente), de drenagem pluvial, de esgotamento sanitário, de redes de distribuição elétrica e iluminação pública, de equipamentos (praças, brinquedos, quadra de esporte, etc), de área de proteção ambiental (preservação e recuperação de áreas verdes), de melhorias habitacionais e de regularização fundiária.

[...] a primeira preocupação no projeto de urbanização foi atender às exigências da Caixa Econômica Federal, administradora dos recursos financeiros, que exige a regulamentação fundiária, conforme a Legislação. Nesse processo, a ocupação desordenada, com lotes de tamanhos variados e de modo aleatório, foi redesenhada (Arquiteta da COHAB).

Para a viabilização do projeto de urbanização torna-se necessária a retirada de muitas casas que se encontram em caminhos previstos para abertura de ruas integrantes do sistema viário projetado assim como para a construção de equipamentos comunitários de interesse da comunidade como praças, coreto, anfiteatro, quiosques, quadra de vôlei, espaço comunitário, área para jogos e brinquedos.

Além disso, a preservação ambiental precisou ser atendida com previsão de desocupação do leito do Igarapé do Taboquinha, ocupado em parte, e das faixas de 33 m de largura de terrenos da marinha, ao longo do seu percurso.

Com o novo modelo urbanístico, não será possível construir todas as UHs de modo a realocar todas as famílias afetadas, sendo necessária a aquisição de duas áreas anexas e sua inclusão na poligonal do empreendimento para receber a construção de blocos de sobrados, além daqueles construídos dentro da área original (Ver Figura 9).



Figura 9 – Projeto urbanístico da Comunidade Taboquinha
(Fonte: COHAB/PA, 2010)

Após a retirada das casas localizadas nas áreas que margeiam o igarapé, será feita a contenção do terreno e serão construídos passeios de pedestres com área de contemplação.

Esse tipo de projeto urbanístico é peculiar por tratar-se de área ocupada e não de terreno vazio, sendo necessária a abertura de ruas que permitam o início das obras que se darão na área central, sem fazer a desocupação total da área. Além disso, há urgência na retirada de famílias que estão vivendo em condições de insalubridade e em condições precárias de segurança (Ver Figuras 10,11, 12 e 13).



Figura 10 – Igarapé do Taboquinha com margens ocupadas por palafitas
(Fonte COHAB/PA, 2010)



Figura 11 – Igarapé do Taboquinha com margens ocupadas por palafitas
(Fonte: COHAB/PA, 2010)



Figura 12 – Ocupação da Comunidade do Taboquinha
(Fonte: COHAB/PA, 2010)



Figura 13 – Ocupação da Comunidade do Taboquinha
(Fonte: COHAB/PA, 2010)

Em março de 2010, foi entregue à comunidade, o primeiro conjunto habitacional denominado Mestre Verequete, que é constituído de blocos de dois pavimentos, com “sobrados” de 43,09 m², totalizando 128 unidades, localizado em área específica, proposta para o remanejamento. Esse conjunto foi o objeto da pesquisa de avaliação de satisfação geral proposta como complementação do estudo exploratório.

Os modelos habitacionais ofertados atendem ao mínimo estabelecido pela legislação, não considerando requisitos especiais dos beneficiários além daqueles referentes ao atendimento de Portadores de Necessidades Especiais (PNE).

Foram adotados apenas dois modelos de unidades habitacionais: um do tipo “sobrado”, com 43,09 m², e outro do tipo “casa”, com 39,00 m², ambos com dois quartos, sala/cozinha, banheiro e quintal (Ver Figuras 14 e 15), sendo que 1% das unidades habitacionais do tipo “casa” sofrerão adaptações para atender necessidades especiais de cadeirantes.



Figura 14 – Projeto do sobrado
(Fonte: COHAB/PA, 2010)

HABITAÇÃO

- CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS (CASAS) COM 39,00 m², RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS E RETIRADA DE IMÓVEIS (CASAS EM ÁREAS DE RUAS E/OU ÁREAS DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS).



Figura 15 – Projeto da casa
(Fonte: COHAB/PA, 2010)

Com relação à avaliação de satisfação geral, os pontos positivos mais citados foram: implantação do projeto (95,74%), trabalho da COHAB (80,85%), participação no projeto (63,83%), localização (93,62%), tamanho da nova casa (91,49%), qualidade da nova casa (87,24%), fornecimento da água e luz (59,57%) e ter que deixar sua casa anterior (82,98%).

Os pontos negativos mais citados foram: distância para o local de trabalho (65,96%), falta de segurança (74,47%), distância para escolas e postos de saúde (91,49%), serviços de transporte (80,85%) e coleta de lixo (87,23%).

Também foram citados, como pontos negativos, o mau funcionamento dos esgotos, o aumento da taxa de pagamento de energia elétrica e problemas construtivos encontrados em algumas habitações, como infiltrações, empenamento de portas e problemas de drenagem de áreas de quintais.

O grau de satisfação geral foi elevado, uma vez que, em um universo de 14 aspectos considerados, a média de 7,70 teve avaliação satisfatória.

Sob o ponto de vista dos líderes comunitários, o ponto mais positivo dessa primeira etapa do projeto foi proporcionar às famílias beneficiadas condições dignas de moradia, com saneamento básico, água tratada e outros serviços de infraestrutura. Afirmaram ainda que a população foi paulatinamente tornando-se mais participativa, principalmente após a criação da Comissão de Fiscalização (COFIS), constituída por líderes comunitários, e que o PTTS é de fundamental importância, mas que precisa ser aprimorado, principalmente no sentido de preparar as famílias beneficiadas para mudarem seu estilo de vida.

4.1.1. Reflexões sobre os resultados do estudo exploratório

No que diz respeito às interfaces entre as etapas na concepção e desenvolvimento do empreendimento em estudo, foi constatado que o trabalho social e o levantamento topográfico cadastral são importantes ferramentas para subsidiar o desenvolvimento dos projetos de urbanização, arquitetura e engenharia.

A realização do levantamento topográfico cadastral da área a sofrer a intervenção, anteriormente à concepção do projeto urbanístico, identificaria as áreas conforme as características do solo (alagados e secos), a locação de todas as edificações, a identificação e delimitação dos terrenos que já possuíssem escritura pública, assim como as famílias com prioridades no remanejamento, e ajudaria a encontrar soluções para os traçados de vias, atendimento de regularização fundiária e outras demandas, como áreas especiais de lazer, comércio, esportes, etc.

Entretanto, em virtude de dificuldades encontradas, o levantamento topográfico cadastral não foi desenvolvido em tempo hábil, levando os técnicos responsáveis pelo projeto de urbanização a desenvolverem um trabalho paralelo semelhante, buscando informações por sua conta, como o declarado por técnica da COHAB.

[...] após o levantamento topográfico cadastral e de posse de informações fornecidas pelo trabalho social, seria iniciado o projeto de urbanização. Entretanto, tentando atender prazos e não podendo esperar por essas informações, a equipe técnica deu início a uma série de visitas ao local, fazendo registros fotográficos e entrevistando alguns moradores, tudo de forma intuitiva, que subsidiaram o projeto técnico (Arquiteta da COHAB).

Em alguns casos, os valores encontrados nas avaliações dos imóveis foram contestados pelos proprietários, uma vez que foram consideradas apenas as benfeitorias e não, segundo as palavras do Promotor Público, *“o valor imaterial nelas inseridos consistente, por exemplo, no esforço da família em privações, no próprio esforço físico despendido para construir a tão sonhada casa própria, ou mesmo no fato de residir ao lado de familiares ou de vizinhos que se ajudam e que não poderiam ser desprezados na composição do valor final da avaliação do bem”*. Nesse caso, competiria à CAIXA, rever o processo de avaliação dos imóveis.

A pré-determinação dos modelos das unidades habitacionais ofertadas e o sistema de correspondência de uma unidade por família não permitiram considerações a respeito do número e gênero dos componentes das diferentes famílias, causando uma disparidade na divisão e o descontentamento de alguns.

Apesar do desenvolvimento do trabalho social ocorrer durante todo o período de implantação e execução do projeto, as ações necessárias para subsidiar o trabalho físico poderiam ser priorizadas, de maneira a facilitar o atendimento dos prazos e evitar retrabalhos.

O não atendimento desses fatores em tempo hábil atrasou a conclusão do projeto de urbanização, como pode ser observado com o resultado da última reunião, promovida pela Promotoria de Justiça Cível de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci, em março de 2010. Nessa ocasião, ainda estavam em discussão assuntos como locais para áreas de esportes e de comércio, fundamentais para o fechamento do projeto urbanístico, que se encontrava na segunda versão e se encaminhando para a terceira.

Em que pese a citação de alguns pontos negativos relacionados ao funcionamento dos esgotos, considerados ruim por alguns, a cobrança de taxas de energia elétrica e problemas construtivos encontrados em algumas habitações, como infiltrações, empenamento de portas e problemas de drenagem de áreas de quintais, os resultados da avaliação de satisfação geral permitiram a constatação de um elevado grau de satisfação entre os beneficiários da primeira etapa do remanejamento citado anteriormente, tanto com o trabalho da COHAB quanto com a qualidade, localização e tamanho da unidade habitacional ofertada, talvez em decorrência do fato de que a casa anterior estava em estado precário, sobre terreno alagado e em péssimas condições de habitabilidade.

Maior impacto ocorre entre aqueles que se julgam grandes proprietários de lotes enormes, ocupados às vezes por várias famílias aparentadas, com casas boas de alvenaria com estrutura de concreto, com algum tipo de comércio funcionando na própria residência ou perto dela, enfim, com os que temem alguma perda com a implantação do projeto, permitindo imaginar que talvez essas pessoas preferissem que ficasse tudo como está ou que se é pra fazer que se faça de acordo com suas demandas.

5. RESULTADOS DA ETAPA B

Esta etapa teve início após 13 meses de conclusão do estudo exploratório sem que o empreendimento tivesse sido concluído, o que levou à necessidade de contatos com os representantes comunitários, com técnicos da COHAB responsáveis pelo projeto de urbanização e com representantes da CAIXA para a atualização dos dados referentes ao empreendimento, assim como visitas ao local para observação e registros fotográficos atualizados.

A líder comunitária entrevistada no início do desenvolvimento desta etapa informou que a comunidade conhecia somente a última versão do projeto de urbanização, a qual foi apresentada na última reunião com a promotoria, e que não tomou conhecimento das alterações solicitadas naquela ocasião.

Declarou que existia o medo do governo atual mudar o projeto, o que trazia muitas dúvidas e expectativas em relação ao futuro do projeto, que existiam muitos questionamentos a respeito dos remanejamentos compulsórios, que as pessoas nem sempre aceitavam a ideia de sair de suas casas para ir para apartamentos e que dentre as áreas separadas para construção de UH existe uma que já havia sido invadida sem que ninguém soubesse.

Informou ainda que o condomínio Mestre Verequete, que fez parte do estudo exploratório, estava muito deteriorado em virtude de maus tratos por parte dos moradores os quais, segundo ela, não foram devidamente preparados para o novo estilo de vida, que os esgotos não estavam funcionando direito, a iluminação pública era precária, não existia telefone público e inexistia a coleta de lixo no local.

Concluiu dizendo que esses primeiros remanejados continuavam com os mesmos problemas básicos existentes anteriormente, que o trabalho social desenvolvido na ação de remanejamentos foi precário, desenvolvido por um número insuficiente de pessoas, que o critério para a escolha das famílias a serem remanejadas não estava sendo claro.

Afirmou, entretanto, que as famílias estavam satisfeitas com a unidade habitacional propriamente dita uma vez que anteriormente ocupavam palafitas deterioradas sobre terrenos alagados, fato esse que, segundo sua opinião, confirma a importância do empreendimento.

Alguns moradores da área de proteção ambiental externaram insatisfação com referência aos critérios de remanejamento, que continuavam desconhecidos para eles, uma vez que não entendiam porque famílias em situações idênticas às suas eram beneficiadas e elas não, e mostraram locais onde existiam casas de famílias remanejadas entre outras na mesma situação, que continuavam no local (Ver Figuras 16, 17, 18 e 19).



Figura 16 – Restos de demolição de casa remanejada



Figura 17 – Restos de demolição de casa remanejada



Figura 18 – Restos de demolição de casa remanejada

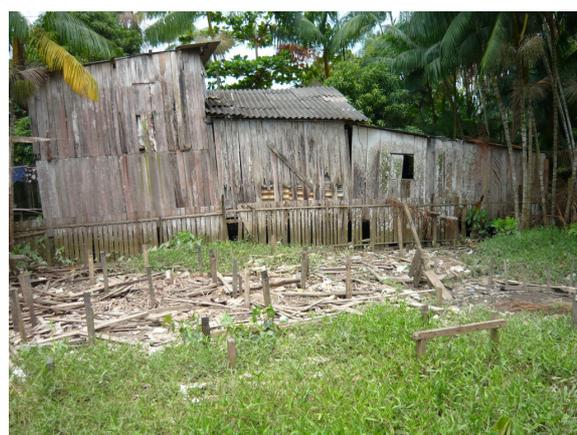


Figura 19 – Restos de demolição de casa remanejada

Essa insatisfação já havia sido levada ao MP conforme o apresentado no estudo exploratório.

A visita realizada em toda a área permitiu a observação dos seguintes pontos:

- A rede geral de esgoto estava praticamente concluída, passando por todo o perímetro da área e por alguns locais internos, de modo a atender às necessidades de novas UHs construídas para atender remanejamentos.
- A estação de tratamento de esgoto (ETE) proposta em projeto se encontrava em fase de conclusão (Ver Figuras 20 e 21).



Figura 20 – Foto da ETE em construção



Figura 21 – Foto da ETE em construção

- Foram construídos alguns conjuntos habitacionais de sobrados e algumas casas para atender PNE dentro da área delimitada (Ver Figuras 22 e 23).



Figura 22 – Foto de UH do tipo sobrado



Figura 23 – Foto de UH do tipo casa

A partir dessa fase de atualização foi dado início à aplicação dos questionários da pesquisa, que buscaram identificar como o beneficiário percebe a intervenção e até que ponto o empreendimento, que é de iniciativa do executor, é de interesse da população envolvida.

Esses questionários foram aplicados conforme o planejado e distribuídos entre as áreas seca e alagada, conforme observa-se na Figura 24.

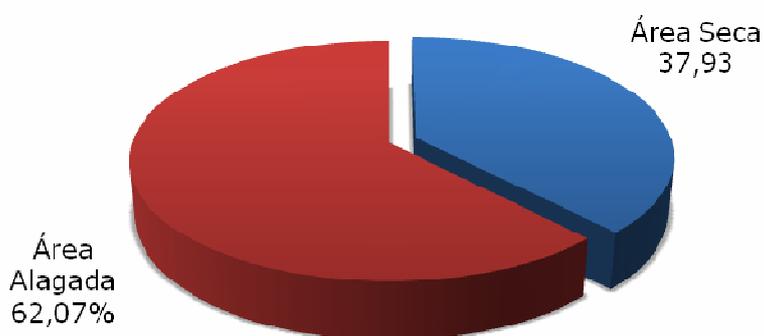


Figura 24 – Percentual da população entrevistada assentada conforme a localização na área seca e na área alagada.

6. RESULTADOS DA ETAPA C

Esse capítulo apresenta a seguir a análise dos dados coletados, a discussão sobre resultados encontrados na coleta de dados desenvolvida na etapa anterior e as conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

6.1. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Possíveis melhorias citadas (área seca)

A Figura 25 evidencia os percentuais da população assentada na área seca, por possíveis melhorias esperadas com o empreendimento. Nela, verifica-se que a maior parte da população não crê em melhorias, com 41,94%, seguido do grupo que espera que os que moram na área alagada sejam remanejados para área seca, com 19,35%.

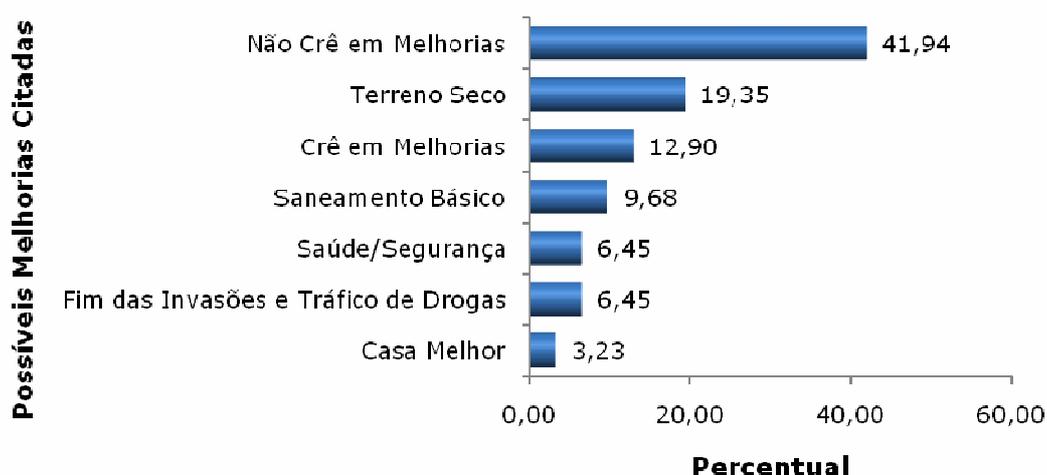


Figura 25 – Percentual da população assentada na área seca que espera por possíveis melhorias com a conclusão do projeto.

Possíveis melhorias citadas (área alagada)

A Figura 26 evidencia os percentuais da população assentada na área alagada, por possíveis melhorias esperadas. Nela, verifica-se que a maior parte da população espera ir para terreno seco, com 25,58%, seguido dos que acreditam que terão maior qualidade de vida, com 23,26%.



Figura 26 – Percentual da população assentada na área alagada que espera por possíveis melhorias com a conclusão do projeto.

Possíveis pioras citadas (área seca)

A Figura 27 evidencia os percentuais da população da área seca por possíveis pioras temidas. Nela, verifica-se que a maioria da população não crê em pioras, com 64,51%, seguido dos que acreditam que os lotes vazios serão abandonados possibilitando novas ocupações, com 9,68%.



Figura 27 – Percentual da população assentada na área seca que espera por possíveis pioras com a conclusão do projeto.

Possíveis pioras citadas (área alagada)

A Figura 28 evidencia os percentuais da população assentada na área alagada, por possíveis pioras temidas. Nela, verifica-se que a maioria da população não crê em pioras, com 73,33%.



Figura 28 – Percentual da população assentada na área alagada que espera por possíveis pioras com a conclusão do projeto.

A seguir são apresentadas a análise exploratória e a análise de correspondência, o que determinou um sistema de associação encontrado entre as variáveis de interesse da pesquisa, dos demais dados coletados que permitiram a discussão sobre os pontos de interesse da pesquisa.

A Figura 29 evidencia os percentuais da população por conhecimento do projeto e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade conhece pouco o projeto, com 25,45%, enquanto que a maioria da população da área alagada tem conhecimento do projeto, com 37,78%.

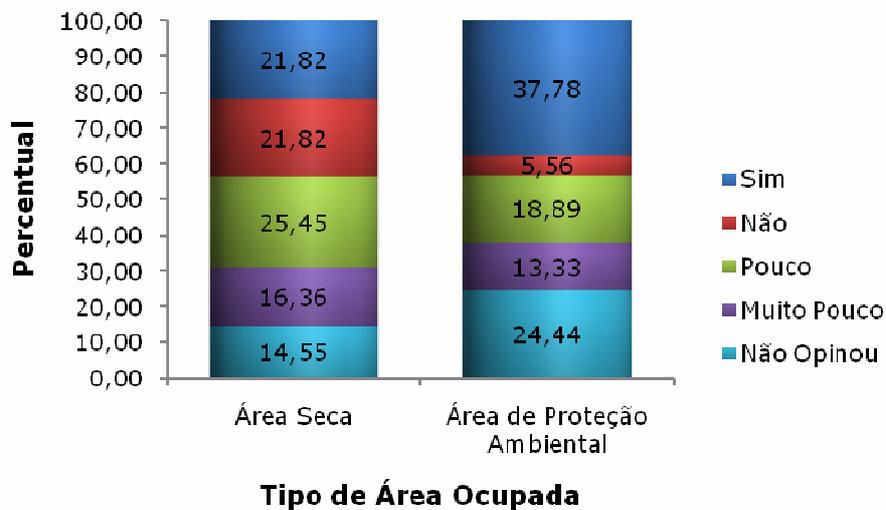


Figura 29 – Percentual da população por ter conhecimento do projeto e tipo de área ocupada.

A Figura 30 evidencia os percentuais da população por aprovação do projeto e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade não aprova como não aprova o projeto, com 49,09%, enquanto que a maioria da população da área alagada aprova o projeto, com 93,33%.

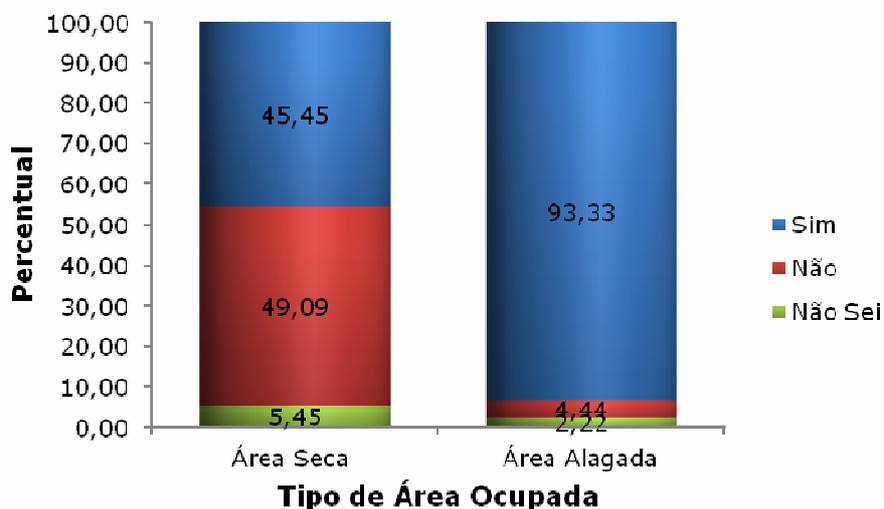


Figura 30 – Percentual da população por aprovar o projeto e tipo de área ocupada.

A Figura 31 evidencia os percentuais da população por acreditar ou não na conclusão do projeto e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade não acredita na conclusão do projeto,

com 58,18%, enquanto que a maior parte da população da área alagada não soube responder se acredita ou não na conclusão do projeto com 39,33%.

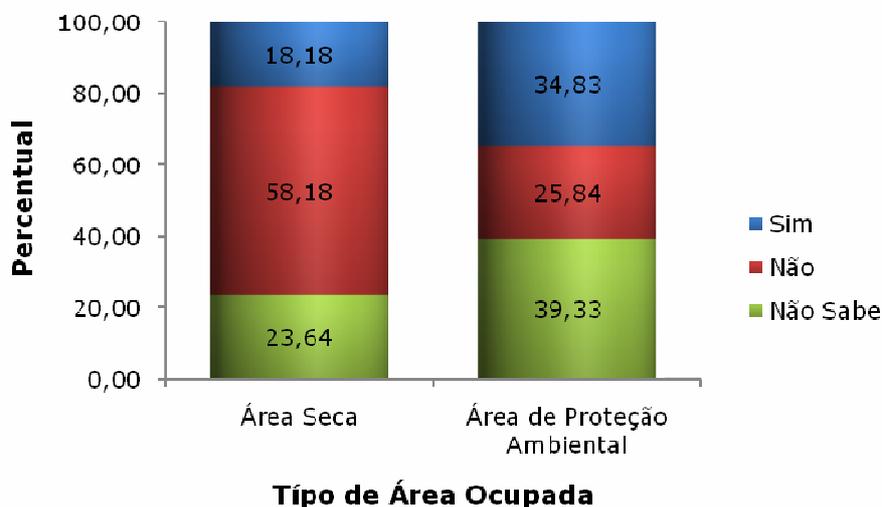


Figura 31 – Percentual por acreditar ou não na conclusão do projeto e tipo de área ocupada.

A Figura 32 evidencia os percentuais da população por saber o que é projeto de urbanização e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade e da área alagada respondeu saber mais ou menos sobre o que é projeto de urbanização, com 47,27% e 51,11%, respectivamente.

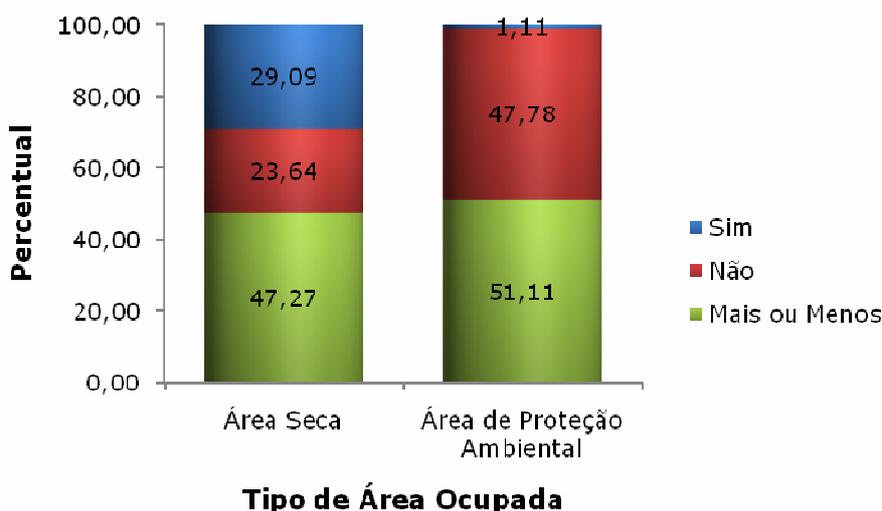


Figura 32 – Percentual da população por saber o que é projeto de urbanização e tipo de área ocupada.

A Figura 33 evidencia os percentuais da população por saber o que é projeto de saneamento e infraestrutura e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade respondeu saber mais ou menos sobre o que é projeto de saneamento e infraestrutura, com 45,45%, enquanto que a maioria da população da área de alagada respondeu não saber o que é projeto de saneamento e infraestrutura, com 50,00%.

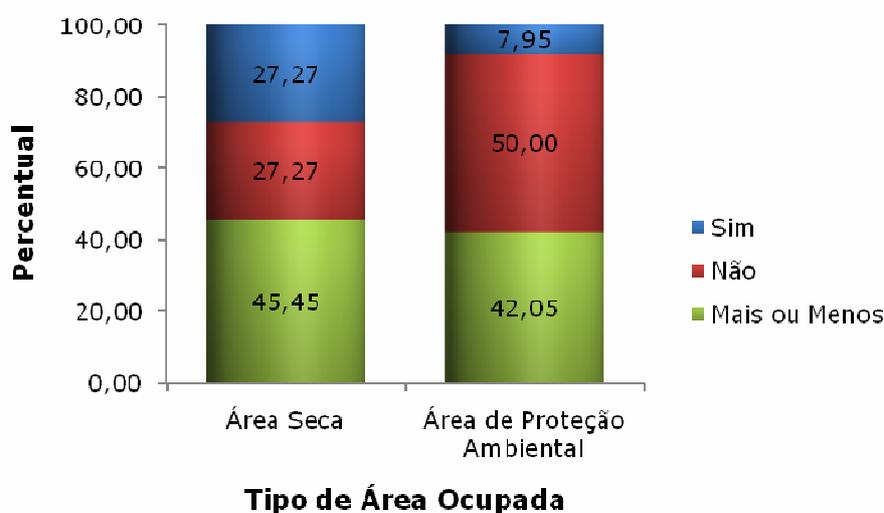


Figura 33 – Percentual da população por saber o que é projeto de saneamento e infraestrutura e tipo de área ocupada.

A Figura 34 evidencia os percentuais da população por saber o que é regularização fundiária e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade respondeu saber mais ou menos sobre o que é regularização fundiária, com 45,45%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu não saber o que é regularização fundiária, com 55,56%.

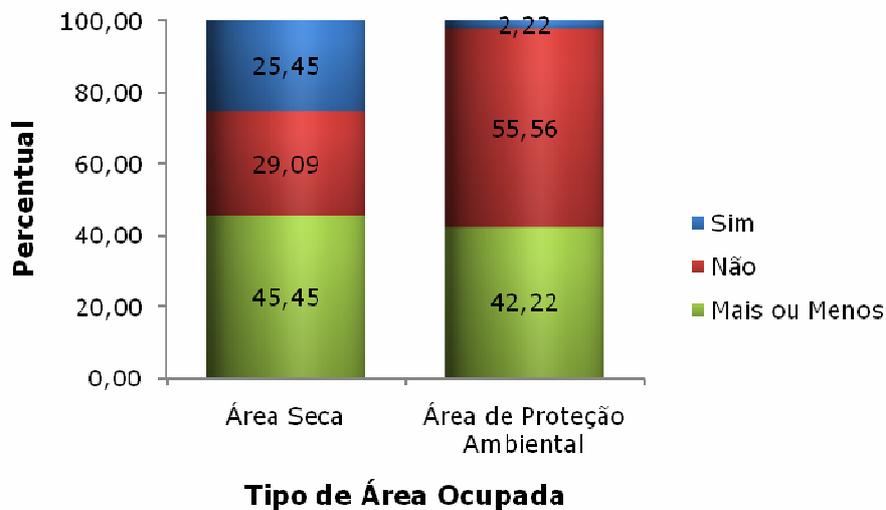


Figura 34 – Percentual da população por saber o que é regularização fundiária e tipo de área ocupada.

A Figura 35 evidencia os percentuais da população por saber o que é remanejamento e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade respondeu saber mais ou menos sobre o que é remanejamento, com 43,64%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu saber o que é remanejamento, com 66,67%.

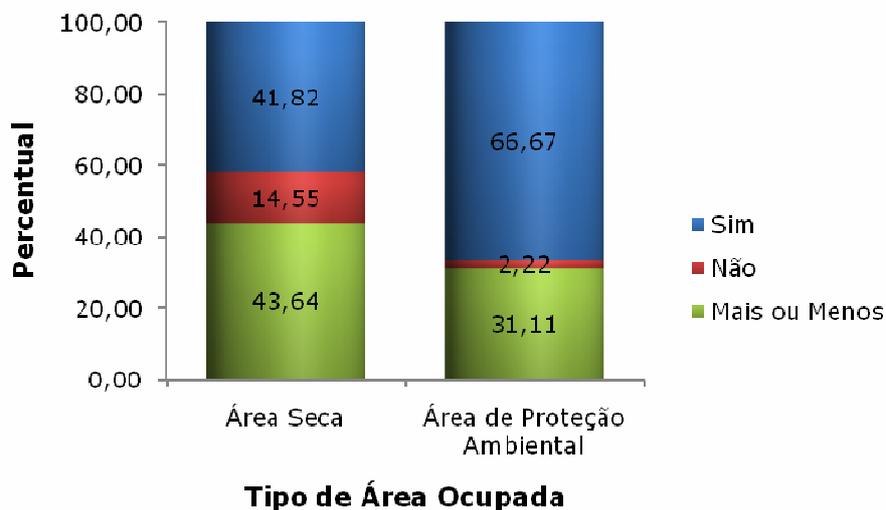


Figura 35 - Percentual da população por saber o que é remanejamento e tipo de área ocupada.

A Figura 36 evidencia os percentuais da população por quanto paga mensalmente de água e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade respondeu pagar de 10 a 20 reais, com 45,45%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu que não paga pelo consumo da água, com 82,22%.

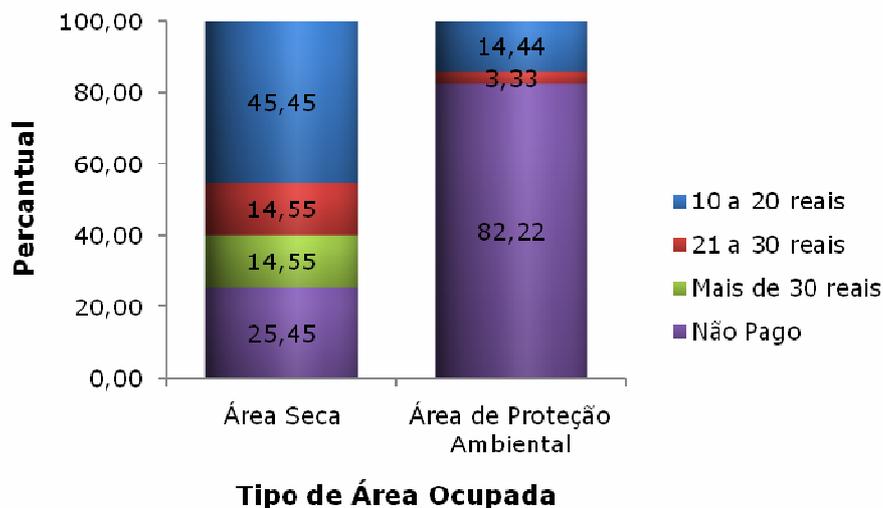


Figura 36 – Percentual da população por quanto paga mensalmente de água e tipo de área ocupada.

A Figura 37 evidencia os percentuais da população por quanto paga mensalmente de luz e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade respondeu pagar mais de 30 reais por mês de luz, com 70,91%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu que não paga pelo consumo da luz, com 58,89%.

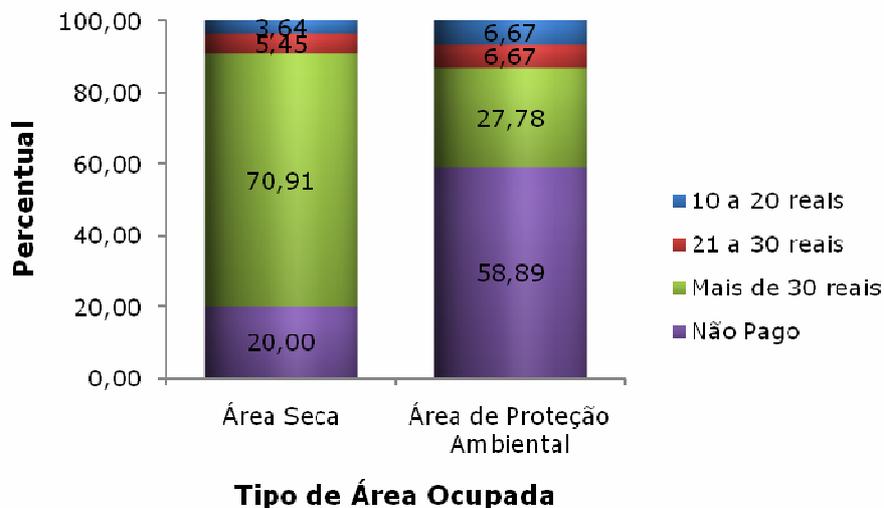


Figura 37 – Percentual da população por quanto paga mensalmente de luz e tipo de área ocupada.

A Figura 38 evidencia os percentuais da população por satisfação quanto ao local de moradia e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade respondeu estar satisfeita com o local de moradia, com 70,91%, enquanto que a maior parte da população da área alagada respondeu estar mais ou menos satisfeita com o local de moradia, com 44,83%.

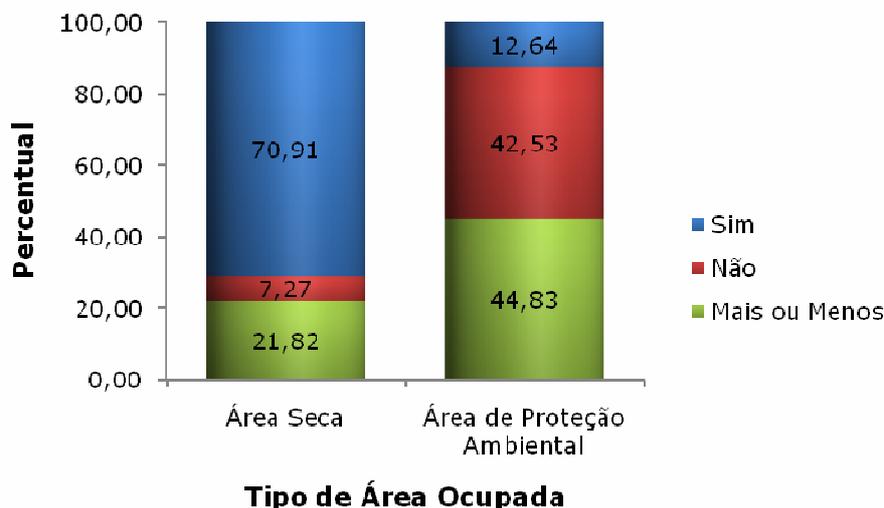


Figura 38 – Percentual da população por satisfação com o local de moradia e tipo de ocupação.

A Figura 39 evidencia os percentuais da população por se considerar proprietária ou não do lote e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área alagada respondeu que se considera proprietária do lote que ocupa, com 92,73% e 74,44%, respectivamente.

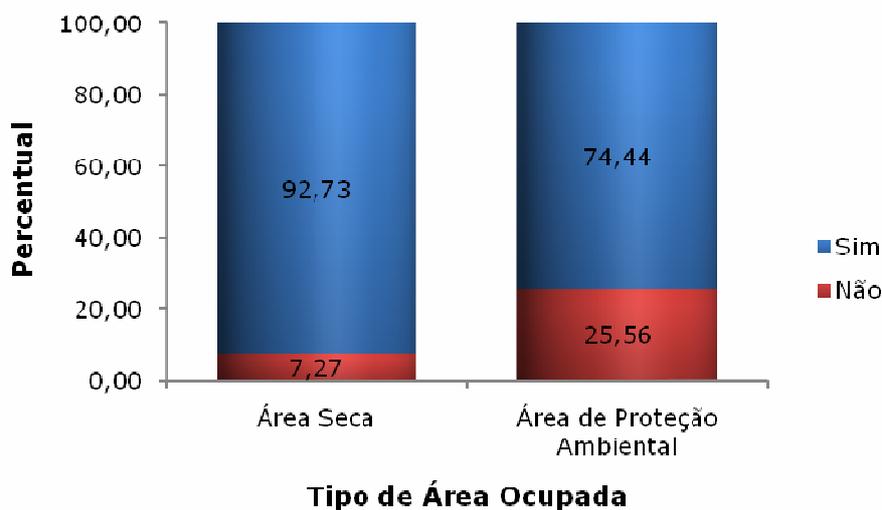


Figura 39 – Percentual da população por se considerar ou não proprietária do lote que ocupa e tipo de área ocupada.

A Figura 40 evidencia os percentuais da população por ter o lote da casa cercado ou não e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria população da área seca da comunidade respondeu ter o lote da casa cercado, com 69,09%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu que não tem o lote da casa cercado, com 83,33%.

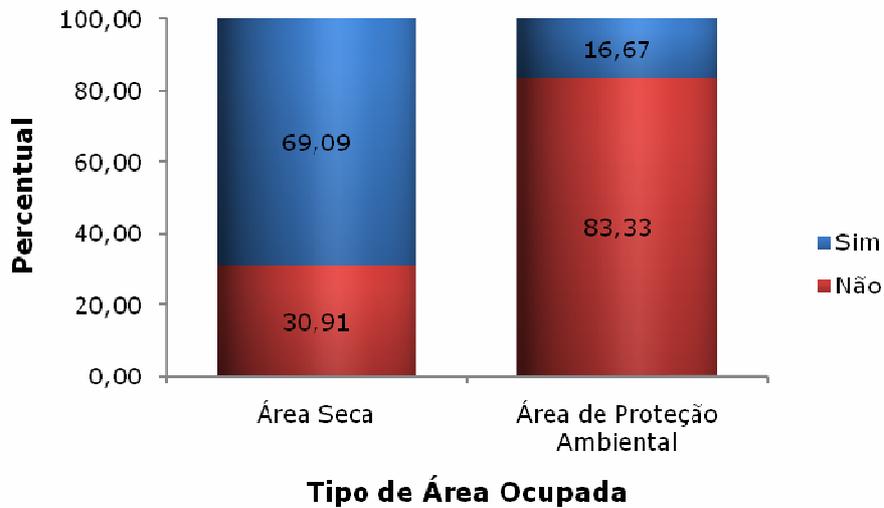


Figura 40 – Percentual da população por ter ou não o lote da casa cercado e tipo de área ocupada.

A Figura 41 evidencia os percentuais da população, por ter ou não a escritura do lote que ocupa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade respondeu não ter a escritura do lote que ocupa, com 60,00%. Quanto à população da área alagada, 100% respondeu não ter a escritura do lote que ocupa.

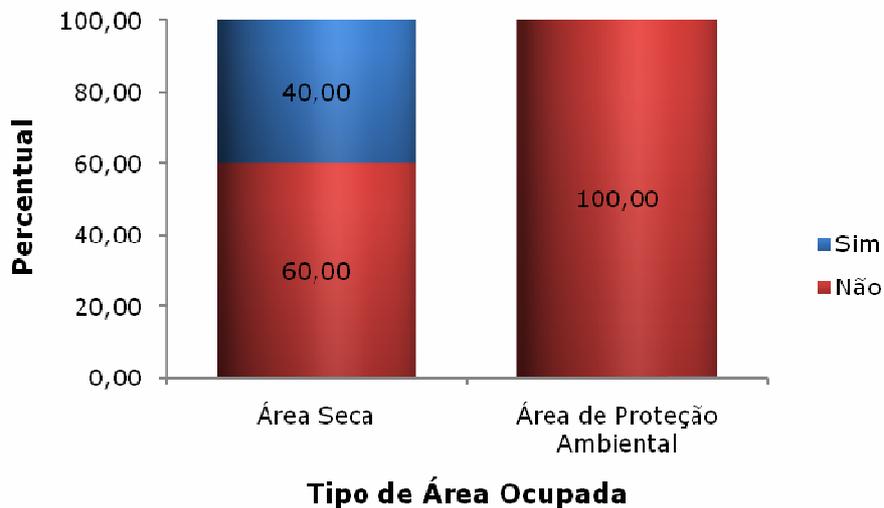


Figura 41 – Percentual da população por ter ou não a escritura do lote que ocupa e tipo de área ocupada.

A Figura 42 evidencia os percentuais da população, por ter ou não outras casas dentro do lote que ocupam e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área de proteção ambiental da comunidade respondeu não ter outras casas dentro lote que ocupa, com 72,73% e 92,13%, respectivamente.

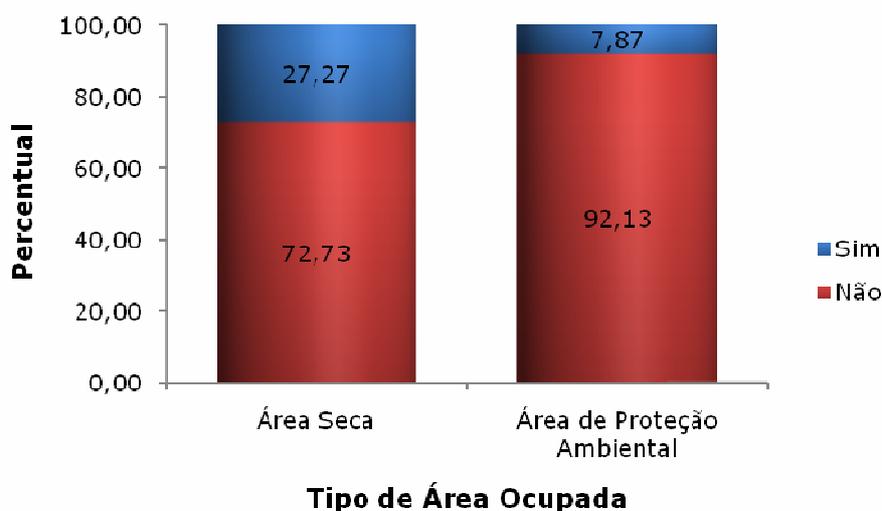


Figura 42 – Percentual da população por ter ou não outras casas dentro do lote e tipo de área ocupada.

A Figura 43 evidencia os percentuais da população, por importância da escritura do lote e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área de proteção ambiental da comunidade respondeu que sim, é importante a escritura do lote que ocupam, com 90,91% e 78,89%, respectivamente.

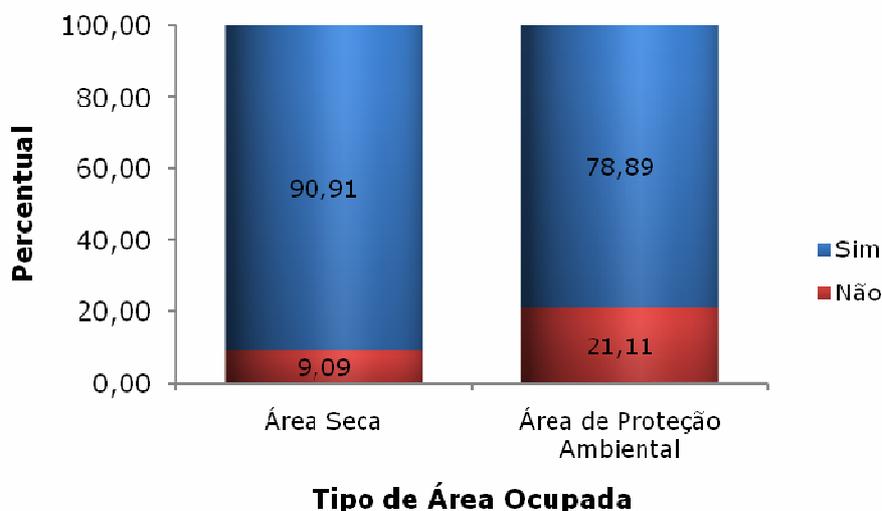


Figura 43 – Percentual da população por importância da escritura do lote e tipo de área ocupada.

A Figura 44 evidencia os percentuais da população por ter ou não conhecimento das taxas a pagar quando se tem a escritura do lote e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade respondeu ter conhecimento da taxa, com 61,82%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu não ter conhecimento das taxas, com 85,56%.

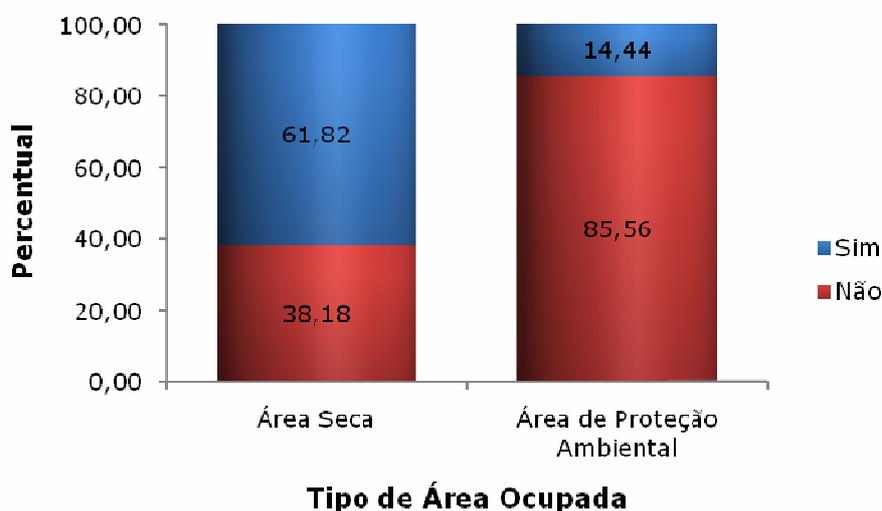


Figura 44 – Percentual da população por ter ou não conhecimento das taxas a pagar quando se tem a escritura do lote e tipo de área ocupada.

A Figura 45 evidencia os percentuais da população por conhecer ou não as casas da COHAB e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade respondeu que conhece mais ou menos as casas da COHAB, com 42,59%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu que sim, conhece as casas da COHAB, com 65,56%.

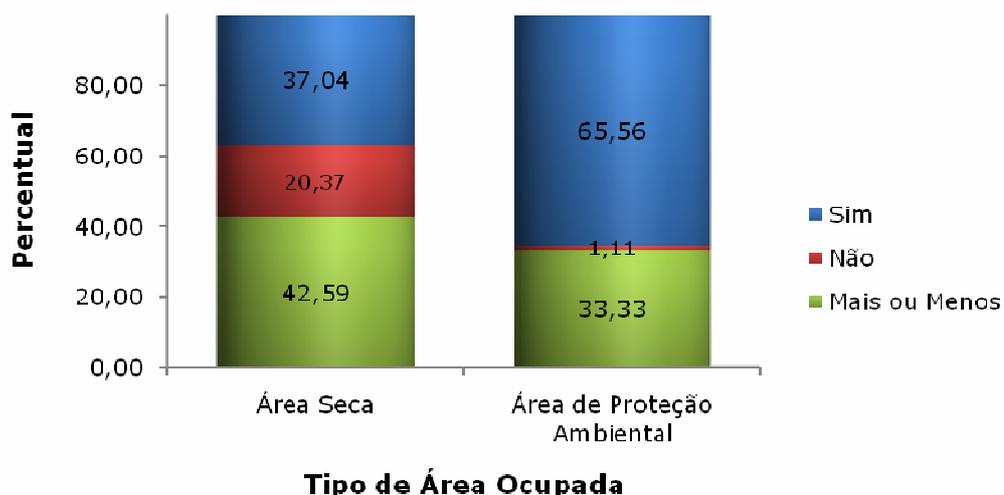


Figura 45 – Percentual da população por conhecer ou não as casas da COHAB e tipo de área ocupada.

A Figura 46 evidencia os percentuais da população por trocar ou não a sua casa por uma da COHAB e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade respondeu que não trocaria a casa onde mora, com 68,52%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu que sim, trocaria de casa, com 72,22%.

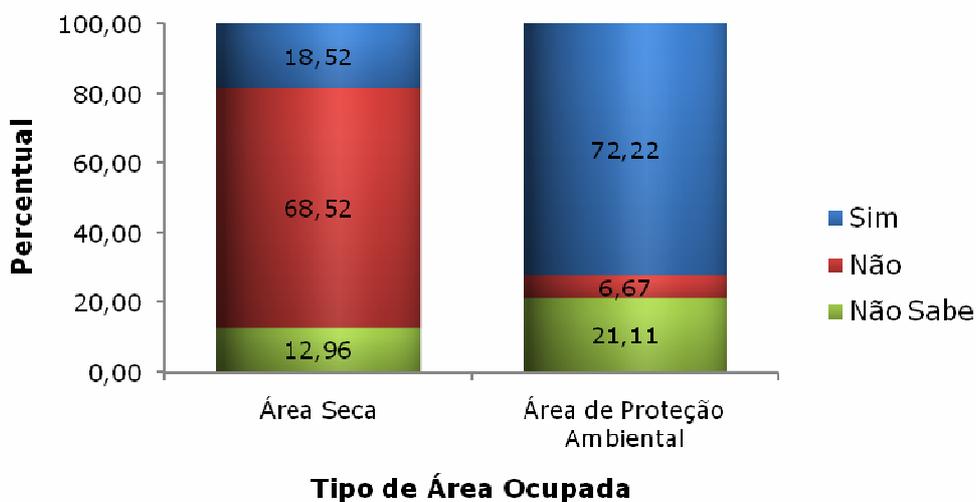


Figura 46 – Percentual da população por trocar ou não sua casa por uma da COHAB e tipo de área ocupada.

A Figura 47 evidencia os percentuais da população por ser ou não proprietária da casa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área alagada diz ser proprietária da casa, com 94,34% e 93,33%, respectivamente.

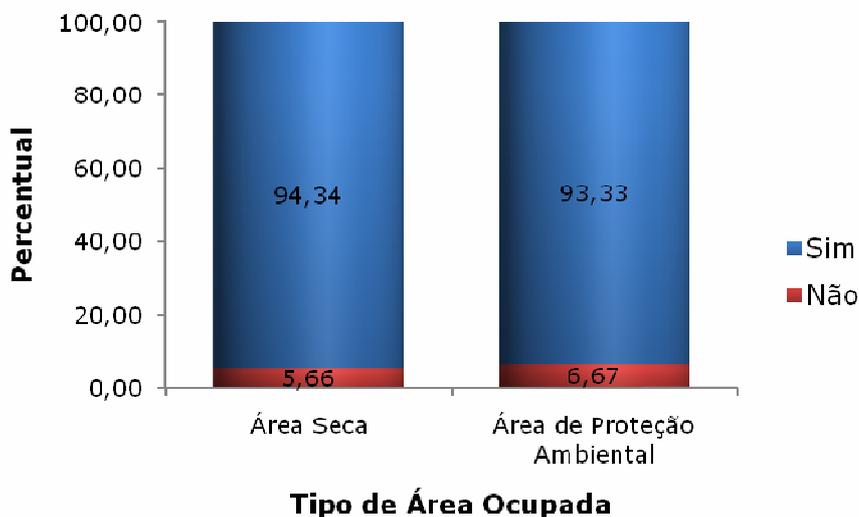


Figura 47 – Percentual da população por ser ou não proprietária da casa e tipo de área ocupada.

A Figura 48 evidencia os percentuais da população por tipo de domicílio e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade respondeu morar em casa de alvenaria de um pavimento, com 60,38%, enquanto que a maioria da população da área de proteção ambiental respondeu morar em casa de madeira com um pavimento, com 92,22%.

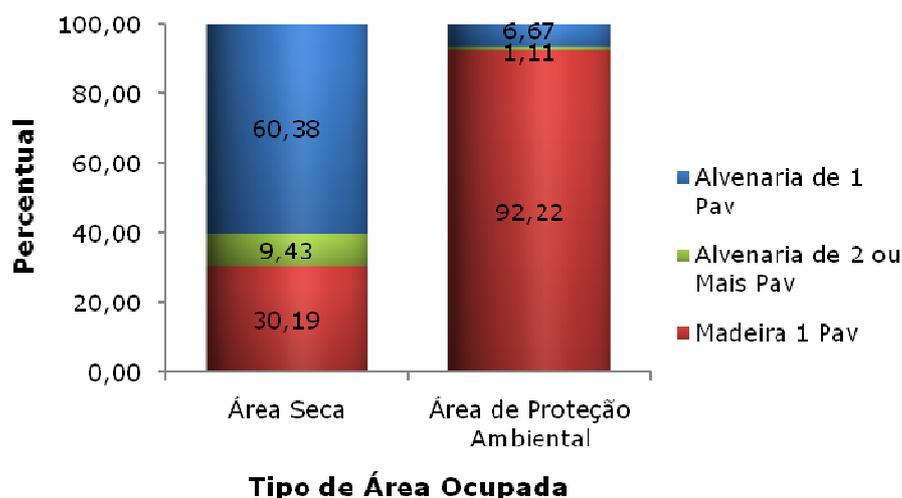


Figura 48 – Percentual da população por tipo de domicílio e tipo de área ocupada.

A Figura 49 evidencia os percentuais da população por saber ou não se será remanejada e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca da comunidade respondeu que não será remanejada, com 52,83%, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu não saber se será remanejada, com 68,89%.

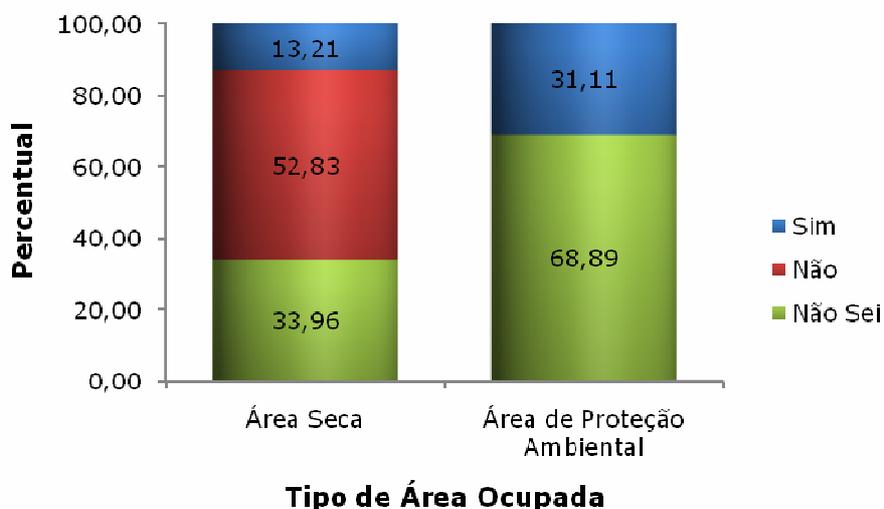


Figura 49 – Percentual da população por saber ou não se será remanejada e tipo de área ocupada.

A Figura 50 evidencia os percentuais da população por quantidade de pessoas que moram na casa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área de proteção ambiental diz ter de 4 a 6 pessoas por casa, com 61,11% e 65,56%, respectivamente.

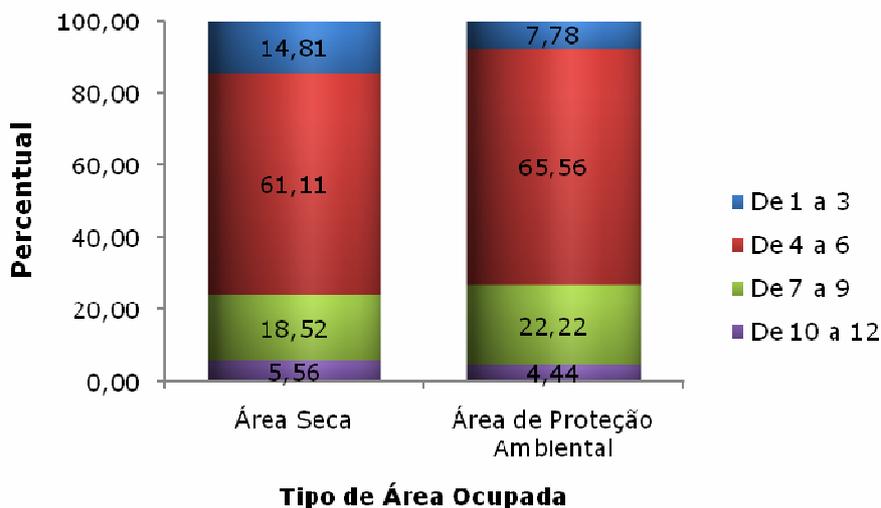


Figura 50 – Percentual da população por quantidade de pessoas que moram na casa e tipo de área ocupada.

A Figura 51 evidencia os percentuais da população por quantidade de famílias que moram na casa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área alagada diz morar somente uma família por casa, com 88,89% e 94,32%, respectivamente.

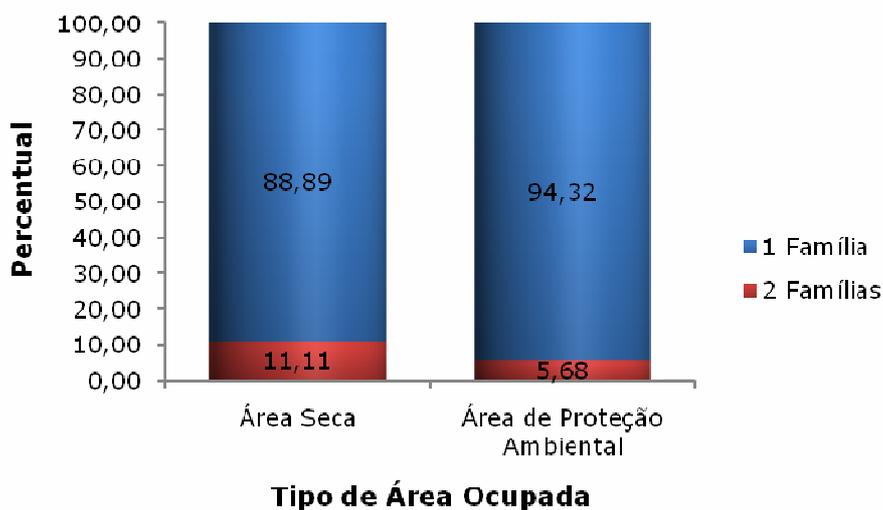


Figura 51 – Percentual da população por quantidade de famílias que moram na casa e tipo de área ocupada.

A Figura 52 evidencia os percentuais da população por quantidade de quartos na casa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade respondeu morar em casa de 3 quartos, com 49,99%, enquanto que a maioria da população da área de proteção ambiental respondeu morar em casa 2 quartos, com 81,72%.

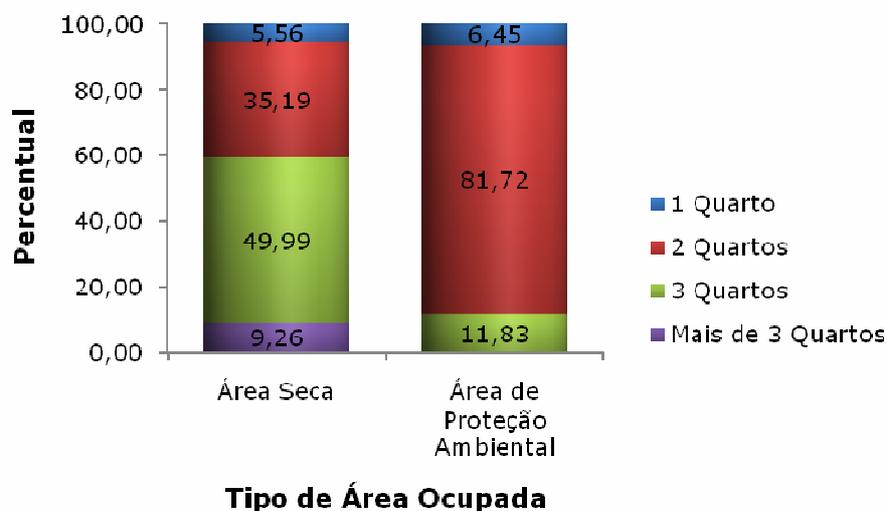


Figura 52 – Percentual da população por quantidade de quartos na casa e tipo de área ocupada.

A Figura 53 evidencia os percentuais da população por quantidade de banheiros existentes na casa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área de proteção ambiental respondeu ter 1 banheiro na casa, com 67,92% e 95,56%, respectivamente.

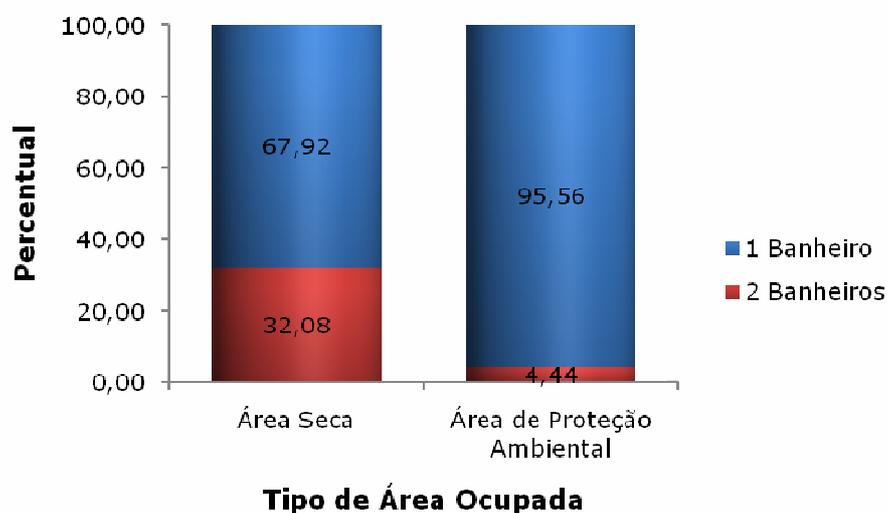


Figura 53 – Percentual da população por quantidade de banheiros na casa e tipo de área ocupada.

A Figura 54 evidencia os percentuais da população por existência ou não de comércio na casa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área de proteção ambiental respondeu não ter comércio em casa, com 66,67% e 78,65%, respectivamente.

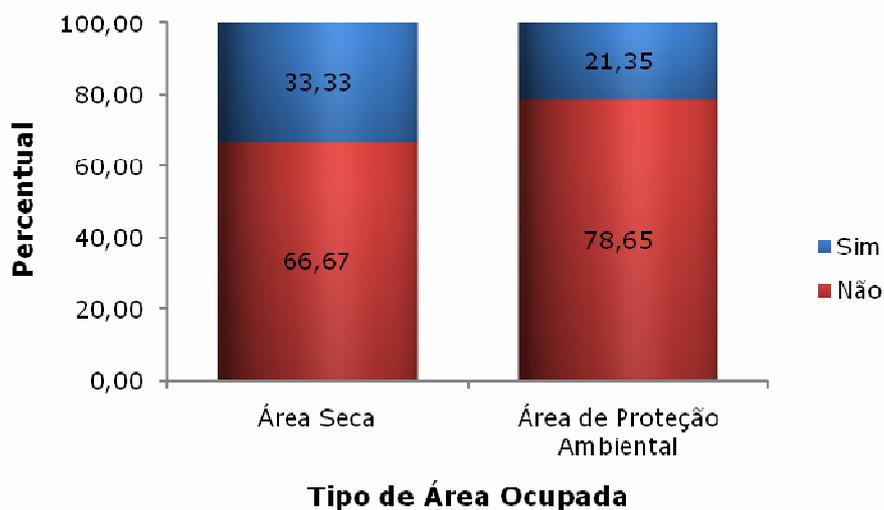


Figura 54 – Percentual da população por possuir ou não comércio em sua casa e tipo de área ocupada.

A Figura 55 evidencia os percentuais da população assentada pela proximidade de moradia de familiares e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área de proteção ambiental respondeu que os familiares moram próximo ao lote, com 78,37% e 58,43%, respectivamente.

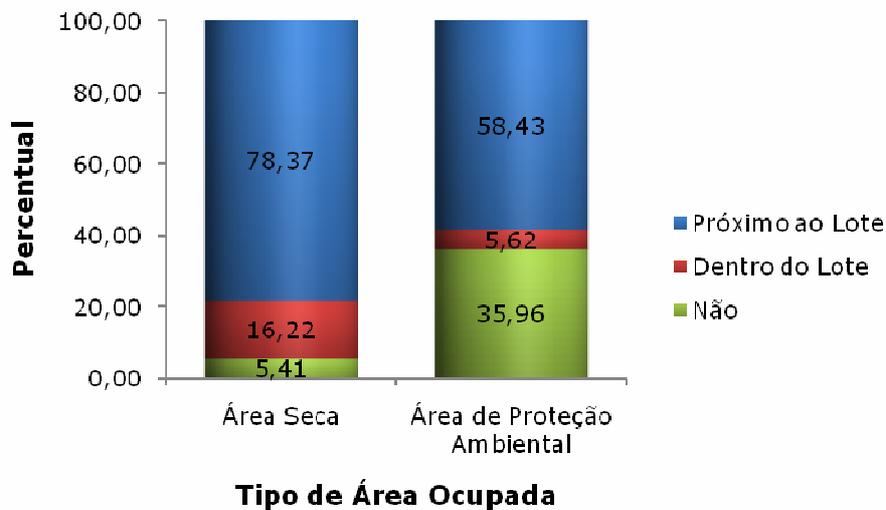


Figura 55 – Percentual da população por proximidade de moradia de familiares e tipo de área ocupada.

A Figura 56 evidencia os percentuais da população por ter ou não medo de perder a casa e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maior parte da população da área seca da comunidade respondeu não ter medo de perder casa, com 49,99, enquanto que a maioria da população da área alagada respondeu ter medo de perder a casa, com 86,36%.

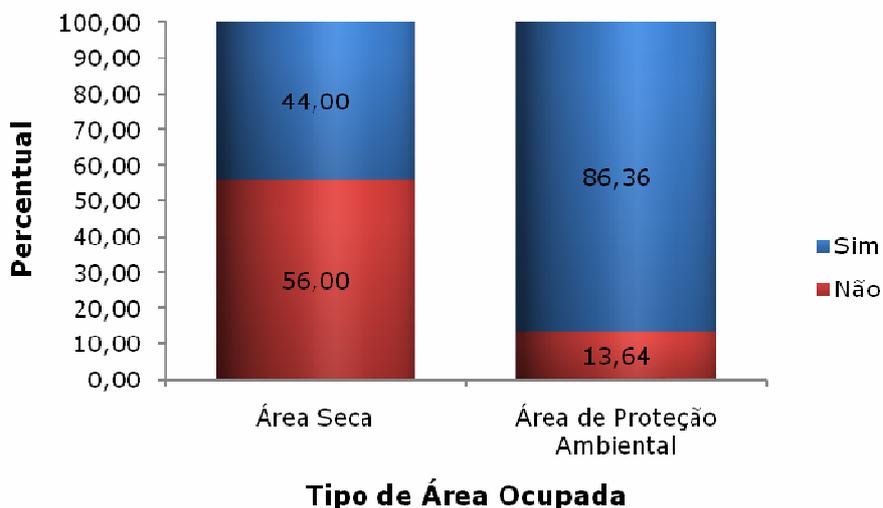


Figura 56 – Percentual da população por ter ou não medo de perder a casa e tipo de área ocupada.

A Figura 57 evidencia os percentuais da população por ter tido ou não a casa avaliada pela COHAB e tipo de área ocupada. Nela, verifica-se que a maioria da população da área seca e da área de proteção ambiental respondeu que não teve a sua casa avaliada, com 63,46% e 93,02%, respectivamente.

Vale observar que 100% da população que teve a casa avaliada pela COHAB, tanto da área seca quanto da alagada, diz não achar o valor oferecido satisfatório.

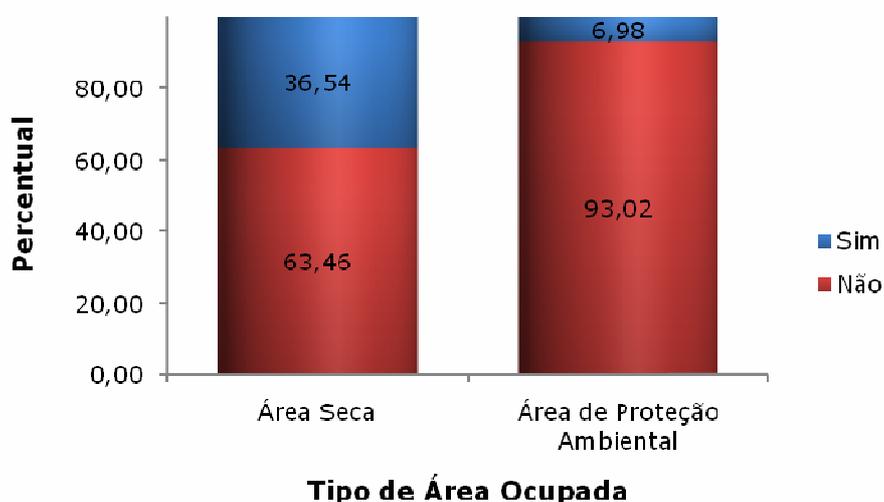


Figura 57 – Percentual da população por ter tido ou não a casa avaliada pela COHAB e tipo de área ocupada.

A Tabela 1 mostra o teste Qui-Quadrado, número de linhas e colunas, critério Beta e o resultado do teste para verificar se há dependência nas variáveis em estudo. Nela, verifica-se que os valores do critério beta são maior que 3 e o nível descritivo (p) é menor que 0,05, isto é, todas as variáveis utilizadas neste trabalho apresentam as condições necessárias para a aplicação da análise de correspondência.

Tabela 1 – Resultado do teste a partir de Qui-Quadrado, nível descritivo (p), número de linhas, colunas e critério Beta para verificar a dependência das variáveis em estudo.

Variável	χ^2	p	Linha	Coluna	Critério Beta	Resultado
Localização/Aprova o Projeto	43,273	0,000	2	3	29,185	Dependentes
Localização/Acredita na Conclusão do Projeto	14,681	0,000	2	3	8,997	Dependentes
Localização/Satisfação com a Moradia Atual	54,077	0,000	2	3	36,823	Dependentes
Localização/Trocaria Sua Casa por uma da COHAB	72,881	0,000	2	3	50,120	Dependentes
Aprova o Projeto/Satisfação com a Moradia	23,378	0,000	3	3	9,689	Dependentes
Aprova o Projeto/Tipo de Domicílio	31,550	0,000	3	2	20,895	Dependentes
Trocaria sua Casa por uma da COHAB/Tipo de Domicílio	68,473	0,000	3	2	47,004	Dependentes

Nota: p = nível descritivo

A Tabela 2 mostra os resultados dos autovalores e percentual de inércia dos Eixos 1 e 2 das variáveis em estudo. Na qual, pode-se observar que a soma dos percentuais de inércia são maiores que 70%. Podendo assim, dar continuidade à aplicação da técnica.

Tabela 2 – Resultado dos autovalores e percentuais de inércia dos eixos 1 e 2 das variáveis em estudo.

Variável	Eixo 1		Eixo 2	
	Auto Valor	% de Inércia	Auto Valor	% de Inércia
Localização/Aprova o Projeto	0,298	100,00		
Localização/Acredita na Conclusão do Projeto	0,102	100,00		
Localização/Satisfação com a Moradia Atual	0,392	100,00		
Localização/Trocara Sua Casa por uma da COHAB	0,506	100,00		
Aprova o Projeto/Satisfação com a Moradia	0,167	98,83	0,002	1,170
Aprova o Projeto/Tipo de Domicílio	0,222	100,00		
Trocara sua Casa por uma da COHAB/Tipo de Domicílio	0,482	100,00		

A Tabela 3 apresenta a saída resultante da aplicação da técnica estatística multivariada análise de correspondência nas variáveis localização e aprovação do projeto. Nela, observa-se que a população assentada na área seca não aprova o projeto, com confiança de 100%, enquanto que a população da área alagada aprova o projeto, com confiança de 95,31%.

Tabela 3 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis localização e aprovação do projeto.

Localização	Aprova o Projeto		
	Sim	Não	Não Sei
Área Seca	-2,54 (0,00)	4,44 (100,00)	0,80 (57,70)
Área Alagada	1,99 (95,31)	-3,47 (0,00)	-0,63 (0,00)

A Tabela 4 apresenta a saída resultante da aplicação da técnica estatística multivariada análise de correspondência nas variáveis localização e acredita na conclusão do projeto. Nela, observa-se que a população assentada na área seca não acredita na conclusão do projeto da COHAB, com confiança de 98,29%, enquanto que a população da área alagada acredita na conclusão do projeto da COHAB, com confiança de 78,72%.

Tabela 4 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise das variáveis localização e acredita na conclusão do projeto.

Localização	Acredita na Conclusão do Projeto		
	Sim	Não	Não Sei
Área Seca	-1,59 (0,00)	2,38 (98,29)	-0,94 (0,00)
Área Alagada	1,25 (78,72)	-1,87 (0,00)	0,74 (53,89)

A Tabela 5 apresenta a saída resultante da aplicação da técnica estatística multivariada análise de correspondência nas variáveis localização e satisfação com a moradia atual. Nela, observa-se que a população assentada na área seca está satisfeita com a sua moradia atual, com confiança de 100%, enquanto que a população da área alagada não está satisfeita com a moradia atual, com confiança de 98,77%, seguido da população da área alagada que acha sua moradia atual mais ou menos, com confiança de 77,28%.

Tabela 5 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis localização e satisfação com a moradia atual.

Localização	Satisfação com a Moradia Atual		
	Sim	Não	Mais ou Menos
Área Seca	4,57 (100,00)	-3,27 (0,00)	-1,58 (0,00)
Área Alagada	-3,50 (0,00)	2,50 (98,77)	1,21 (77,28)

A Tabela 6 apresenta a saída resultante da aplicação da técnica estatística multivariada análise de correspondência nas variáveis localização e trocaria sua casa por uma da COHAB. Nela, observa-se que a população assentada na área seca não trocaria sua casa por uma da COHAB, com confiança de 100%, enquanto que a população da área alagada trocaria sua casa por uma da COHAB, com confiança de 99,53%.

Tabela 6 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis localização e se trocaria sua casa por uma da COHAB.

Localização	Trocaria Sua Casa		
	Sim	Não	Não Sei
Área Seca	-3,65 (0,00)	5,61 (100,00)	-0,88 (0,00)
Área Alagada	2,83 (99,53)	-4,34 (0,00)	0,68 (50,49)

A Tabela 7 apresenta a saída resultante da aplicação da técnica estatística multivariada análise de correspondência nas variáveis aprovação do projeto e satisfação com a moradia. Nela, observa-se que a população que não aprova o projeto está satisfeita com a moradia, com confiança de 99,82%, enquanto que a que aprova o projeto não está satisfeita com a moradia, com confiança de 87,36%.

Tabela 7 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis aprovação do projeto e satisfação com a moradia atual.

Aprova o Projeto	Satisfação com a Moradia		
	Sim	Não	Mais ou Menos
Sim	-1,58 (0,00)	1,53 (87,36)	0,19 (15,22)
Não	3,12 (99,82)	-2,86 (0,00)	-0,52 (0,00)
Não Sei	-0,33 (0,00)	-0,12 (0,00)	0,43 (33,22)

A Tabela 8 apresenta a saída resultante da aplicação da técnica estatística multivariada análise de correspondência nas variáveis aprovação do projeto e tipo de domicílio. Nela, observa-se que a população que não aprova o projeto tem o tipo de domicílio de alvenaria, com confiança de 100,00%, enquanto que os que

aprovam o projeto têm o tipo de domicílio de madeira, com confiança 87,64%, seguido dos que não sabem se aprovam o projeto com o tipo de domicílio de alvenaria, com confiança de 73,92%.

Tabela 8 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis aprovação do projeto e tipo de domicílio.

Aprova o Projeto	Tipo de Domicílio	
	Alvenaria	Madeira
Sim	-2,26 (0,00)	1,54 (87,64)
Não	3,90 (100,00)	-2,65 (0,00)
Não Sei	1,12 (73,92)	-0,77 (0,00)

A Tabela 9 apresenta a saída resultante da aplicação da técnica estatística multivariada análise de correspondência nas variáveis trocaria sua casa por uma da COHAB e tipo de domicílio. Nela, observa-se que a população que não trocaria sua casa por uma da COHAB tem domicílio do tipo de alvenaria, com confiança de 100,00%, enquanto que a que trocaria sua casa por uma da COHAB tem domicílio do tipo de madeira, com confiança 98,79%.

Tabela 9 – Resíduo e nível de confiança obtidos da análise de correspondência das variáveis trocaria sua casa por uma da COHAB e tipo de domicílio.

Trocaria sua Casa	Tipo de Domicílio	
	Alvenaria	Madeira
Sim	-3,69 (0,00)	2,51 (98,79)
Não	5,71 (100,00)	-3,89 (0,00)
Não Sim	-0,78 (0,00)	0,53 (40,48)

6.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS RESULTADOS

Bueno (2007) afirma que quase sempre, num mesmo assentamento precário, ocorrem diferentes situações de ilegalidade urbanística e edilícia e chama a

tenção para a importância da garantia do direito à diferença, com respeito à produção cultural e social do habitat.

No caso do empreendimento pesquisado o projeto objetiva proporcionar melhoria urbanística para uma área de assentamento irregular proporcionando níveis de vida mais decentes à população ocupante de parte da área considerada “seca” e promover o remanejamento das famílias que ocupam indevidamente área de preservação ambiental, nesta pesquisa considerada “alagada”.

A intervenção do poder público nas ocupações urbanas traz a materialização dos anseios de inúmeras famílias, por longo tempo carentes de infraestrutura urbana. Esta mesma ação pode criar novas expectativas econômicas, sociais e espaciais para a área, que, no final, nem sempre são sinônimos de uma mudança positiva para a maioria. (SOUZA, 2006).

Por outro lado Cordeiro (2009) entende que o desenvolvimento de projeto urbanístico para assentamentos precários sempre é precedido de etapas voltadas ao entendimento e compreensão da área de intervenção, suas condições físicas, de infraestrutura, o modo de vida de seus moradores, suas aspirações e propostas.

Os resultados da pesquisa sugerem que para os moradores da área alagada o projeto tem um grande impacto positivo uma vez que a maioria aprova o projeto e deposita grande esperança de ir para uma casa melhor, em terreno seco, com saneamento básico, e com isso melhorar a qualidade de vida apesar de quase 50% declarar estar satisfeita com a moradia atual, sugerindo um alto grau de conformismo.

Essa esperança pode ser a razão de 66,67% dessa população conhecerem bem o processo de remanejamento quando apenas 2,22% desconhecem esse processo, e de 65,56% conhecerem as casas da COHAB pela qual 72,22% declararam trocar a sua, mesmo sabendo que deverão arcar com despesas indiretas como contas de água e luz, despesas essas que a maioria declarou não pagar.

Além disso, de um modo em geral mostrou-se bastante interessada na intervenção uma vez que um grande percentual declarou conhecer bem e aprovar a proposta, e saber o que é regularização fundiária, mesmo não sabendo muito bem o que é projeto de urbanização, saneamento e infraestrutura.

Por outro lado, 74,44% dessa população estão cientes que não são proprietários do lote que ocupam e 78,89% consideram a propriedade importante, o que está previsto para os remanejados que receberão uma escritura pública por meio da regularização fundiária.

Entretanto a pesquisa evidenciou que, 13,95% dessa população responderam não acreditar em melhorias e 25,84% declararam não acreditar na conclusão da intervenção o que não pode ser desprezado e que pode ser considerado como um impacto negativo do projeto.

Procurando encontrar quais os possíveis pontos que levaram a esse resultado optou-se por começar revendo o problema de pesquisa deste trabalho onde uma das queixas da população apresentadas ao MP dizia respeito ao processo de remanejamento que não apresentava critérios claros de escolha das famílias a serem remanejadas.

Com relação a essa demanda, até o início desta etapa do trabalho, outros remanejamentos haviam sido efetivados tendo sido constatado pela pesquisadora a ocorrência de retirada de casas próximas a outras que permaneceram no local, sem que os moradores entendessem os critérios de escolha, conforme comprovam fotos mostradas anteriormente.

Essa questão ficou evidenciada quando 68,89% da população da área alagada responderam que, até o momento da pesquisa, não sabiam se seriam ou não remanejados e apenas 31,11% declararam saber que seriam remanejados embora não tenha sido possível saber em que esses se baseavam para fazer essa declaração.

Essas incertezas a respeito do processo de remanejamento podem ter gerado o medo que 86,36% da população residente na área de proteção ambiental têm de perderem suas casas.

Souza (2006) recomenda que, a fonte das informações não deve ser unilateral, ligada direta ou indiretamente ao órgão executor e recomenda que se crie um canal permanente e democrático de negociação o que permitiria, entre outros, que a comunidade local pudesse opinar o que poderia evitar privilégios dentro da comunidade.

Outro impacto negativo nesse caso pode ser constatado pela queixa da falta de assistência da COHAB aos que já foram remanejados, que não estariam sendo devidamente preparados para manter o novo estilo de vida.

Com referência a pesquisa realizada entre os moradores da área seca, os resultados mostram uma percepção da proposta de intervenção diferente da percepção dos moradores da área alagada a começar pelo fato de que 41,94% da população declararam não crer que o projeto trará melhorias apesar de 64,51% não crêem em pioras. Esse resultado talvez explique o desinteresse dessa parte da população em conhecer o projeto.

Entretanto observa-se uma preocupação em 19,35% desses moradores que esperam melhorias para aqueles que vivem em área alagada e que irão para um terreno seco.

A proposta de intervenção em geral para os moradores da área seca não gera nem impacto positivo nem negativo uma vez que 49,09% declararam não aprovar o projeto contra 45,45% que declararam aprovar.

Mesmo considerando que 90,91% achem importante ter o documento legal de propriedade proposto pela regularização fundiária, isso não gera grandes impactos uma vez que 92,73% se considerarem proprietários sendo que 40,00% afirmam ter a escritura do lote.

Segundo Bueno (2007), a falta de regularização fundiária, que dá direito de posse do terreno, não impede que os moradores considerem suas casas como próprias apesar do documento legal de posse e um endereço oficial serem importantes.

Esses resultados talvez justifiquem o fato de que a maioria declarou saber apenas mais ou menos o que é projeto de urbanização, de saneamento e infraestrutura, regularização fundiária e remanejamento, sugerindo um desinteresse pelo processo, e de 58,18% não acreditarem em sua conclusão.

Por outro lado 33,96% dos moradores da área seca não sabem se serão obrigados a deixar suas casas para atender o projeto de urbanização sendo que 68,52% declarou que não trocaria, por livre escolha, sua casa por uma da COHAB.

Essa rejeição da UH fornecida pela COHAB pode ser justificada pelo fato de que, ao contrário da população da área alagada onde 92,22% são casas de madeira 60,38% dos entrevistados na área seca possuem casa de alvenaria.

Como consequência 44,00% dessa população têm medo de perder sua casa. Além disso, 27,27% declararam ter outras casas de familiares dentro do lote e têm medo de serem separados.

Quanto a opção de indenização pelas benfeitorias dada à 36,54% desses moradores 100% não aceitaram os valores oferecidos que consideraram muito aquém de suas expectativas.

Portanto, esses resultados podem ser considerados os mais importantes para evidenciar o impacto negativo que a intervenção tem sobre a população moradora da área seca.

Além dos impactos negativos específicos causados nos dois grupos pesquisados os comuns entre os dois grupos são a seguir sintetizados:

Ambos os grupos demonstraram medo de perder suas casas, preocupam-se com o destino de familiares e amigos que moram próximos e, segundo declarações da

líder comunitária entrevistada no início dessa etapa, têm medo que voltem a ocorrer novas invasões nos locais desocupados.

Essas preocupações não são devem ser desprezadas e são corroboradas por Souza (2006) quando afirma que o projeto de remanejamento dos moradores que ocupavam as margens do igarapé do Tucunduba, em Belém, acabou resultando em novas ocupações no local e na desarticulação da vivência entre os moradores que continuaram no local e os remanejados.

A quase paralisação das obras e a aparente ausência da COHAB são outro impacto negativo do projeto na população causando grande dúvidas sobre a sua conclusão.

A esse respeito Bueno (2007) entende que a urbanização de assentamentos precários é complexa e demorada, exigindo grande determinação do órgão executor ou promotor em finalizar as obras e que esses longos períodos para a finalização da urbanização dificultam a intervenção.

O mesmo autor complementa que entre os problemas que comprometem a sustentabilidade e a adequabilidade das ações de um projeto de urbanização de assentamentos precários estão as interrupções entre projeto, obra e durante as obras e a incerteza quanto às perspectivas de regularização fundiária e urbanística (BUENO, 2007).

Do total das entrevistas programadas 10,49% dos moradores da área alagada e 9,39% da área seca se recusaram a responder os questionários demonstrando muita agressividade com os entrevistadores, dirigindo-lhes palavras de baixo calão e fazendo-lhes ameaças.

Os principais argumentos iam da alegação de que projeto era somente para atender aqueles que moravam em palafitas, mas que depois foi estendido também para os moradores da área seca e com isso prejudicaram os mais necessitados, passando pela acusação de tudo era uma “jogada política” que levava ao povo falsas esperanças e que não pediram a intervenção e que tudo estava muito

melhor antes, chegando a outras acusações cheias de raiva e demonstrada por meio de improperios contra a COHAB.

Para Rubio e Alvim (2010) o projeto para a urbanização de favelas deve considerar as pré-existências encontradas naquele espaço urbano, pois nenhum saber teórico substitui a construção da espacialidade pelos seus moradores. Portanto, o projeto não pode e não deve ser extravagante e sim factível de forma a ser absorvido e apropriado pelos moradores e usuários efetivos das intervenções e benefícios proporcionados pela urbanização (RUBIO; ALVIM, 2010).

Observa-se diferentes graus de desconhecimento da proposta da intervenção entre os moradores da área alagada e os da área seca, mas que não devem ser negligenciados.

Segundo Souza (2006) a equipe técnica e a equipe social têm entre seus objetivos além de criar mecanismos de comunicação com os moradores construir um diálogo entre os próprios técnicos da área física com os da área social.

A análise de correspondência determinou a relação entre algumas variáveis do questionário confirmando a análise exploratória anteriormente discutida, cujos resultados são a seguir sintetizados:

As chances da intervenção ser aceita pelos moradores estão diretamente ligadas à localização da área sendo de quase 100,00% entre os moradores da área alagada e quase nula entre os moradores da área seca. O mesmo acontece com a esperança de ela venha a ser concluída.

A satisfação com a moradia atual está mais presente entre a população da área seca, com quase 100,00% de chances o que praticamente anula a probabilidade de querer trocar sua casa por uma UH da COHAB e de aprovar o projeto, enquanto que é quase nula entre os moradores da área alagada o que leva a quase 100,00% de probabilidade de querer uma casa oferecida e de aprovar o projeto.

Outra variável que interfere na aprovação ou não da intervenção é o tipo de domicílio. Se ele é de alvenaria, característica mais comum entre a população da

área seca quase anula a probabilidades de aceitar o projeto enquanto que se ele é de madeira, característica mais comum entre a população da área alagada, a probabilidade de aprovação é muito alta.

Portanto, chega-se a conclusão que é essencial aos técnicos responsáveis por quaisquer empreendimentos de urbanizaçãodo de áreas de assentamento irregular o entendimento e compreensão da área de intervenção, o modo de vida de seus moradores, suas aspirações e propostas. Para tento, ressalta-se a importância da utilização de dados fornecidos, principalmente, por levantamentos topográficos cadastrais relacionados ao trabalho físico e de informações a respeito da área e de sua população de responsabilidade do trabalho social.

Essas atividades fazem parte do PPTS da proposta e permitem atender a legislação e as normas técnicas, estimar o grau de consolidação da ocupação e verificar a viabilidade de manter total ou parcialmente os elementos que fazem parte da área a sofrer a intervenção e poderão subsidiar inclusive os processos administrativos de indenização referentes às edificações demolidas ou permutadas.

O levantamento socioeconômico é um dos elementos principais para apoiar decisões de uma intervenção com essas características informando sobre o número de residências a serem remanejadas e reassentadas, além do grau de intervenção a ser adotado para a área que será urbanizada. Essas informações poderão ser situadas no projeto de urbanização proposto.

Esse também é o momento apropriado para se conhecer como a população percebe a intervenção e o que ela espera como resultado.

O uso da técnica de congelamento comentada na Etapa A é uma importante ferramenta que permite o controle das famílias a serem beneficiadas e que pode evitar novas invasões.

Recomenda-se que a intervenção evite ao máximo os impactos negativos que podem trazer dificuldades, atrasos e retrabalhos no desenvolvimento do projeto e

que os beneficiários tenham acesso às informações para que possam acompanhar o processo.

Finalmente, a elaboração de um plano claro de remanejamento identificando as prioridades entre os moradores que deveram ser retirados da área e aqueles que deverão ser retirados para atendimento do projeto de urbanização poderia minimizar os impactos negativos.

A seguir são apresentados os impactos considerados de maior relevância para os resultados desse trabalho, causados na população assentada, tanto na área de proteção ambiental, que deverá ser remanejada para área seca e receber UHs, quanto na área seca, que deverá ser beneficiada com a implantação de projetos de reurbanização e infraestrutura e de regularização fundiária, (Ver Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – Impactos na área de proteção ambiental

BENEFICIÁRIOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL		APROVAÇÃO DO PROJETO	93,33%		
		DESAPROVAÇÃO DO PROJETO	4,44%		
IMPACTOS					
POSITIVOS	INDICADORES	%	NEGATIVOS	INDICADORES	%
Expectativa de melhoria de qualidade de vida	Esperam morar em área seca	25,58	Falta de esclarecimentos sobre os critérios de remanejamento	Não sabem se e nem quando serão remanejados	68,69
	Estão insatisfeitos com a moradia atual	42,53		Têm medo de serem expulsos de suas casas e não terem para onde ir	86,36
Recebimento de uma casa de alvenaria	Trocariam sua casa por uma da COHAB	72,82	Aparente paralisação e abandono das obras	Não acreditam na conclusão do projeto	25,84
	Ocupam casa precária de madeira	92,22			
	Não possuem documento legal de propriedade	100			
	Não possuem lote delimitado	83,33			

Quadro 3 – Impactos na área seca

BENEFICIÁRIOS DA ÁREA SECA		APROVAÇÃO DO PROJETO	45,45%		
		DESAPROVAÇÃO DO PROJETO	49,09%		
IMPACTOS					
POSITIVOS	INDICADORES	%	NEGATIVOS	INDICADORES	%
Expectativa de melhoria com o fornecimento de serviços básicos de infraestrutura	Os impactos positivos descritos, foram detectados de forma indireta nos questionários aplicados aos moradores e nas entrevistas realizadas com líderes comunitários. Constatou-se um cenário geral, onde as expectativas positivas estão estritamente relacionadas e condicionadas ao perfeito desenvolvimento e conclusão do projeto	-	Falta de esclarecimentos sobre o projeto de urbanização	Estão satisfeitos com a situação atual de moradia	70,91
			Transtornos causados por obras	Têm o lote delimitado	69,09
			Aparente paralisação e abandono das obras	Têm o que consideram documento legal de propriedade	40
Expectativa de melhoria de qualidade de vida para os que vivem na área de proteção ambiental			Dúvidas referentes ao custo x benefício do projeto	Não trocariam sua casa por uma da COHAB	68,52
				Têm medo de perder sua casa para atendimento do projeto de urbanização	33,96
Expectativa de melhoria com a distribuição de documento legal de propriedade				Não aceitaram o valor de indenização proposto pela COHAB	100
				Não acreditam na conclusão do projeto	58,18

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como a análise da percepção que os beneficiários têm de um projeto de urbanização para área de ocupação irregular pode contribuir para a concepção e desenvolvimento de projetos futuros com as mesmas características? O objetivo principal deste trabalho foi Identificar os impactos, positivos e negativos, causados na população beneficiária do projeto de urbanização para área de assentamento irregular, objeto do problema de pesquisa.

Para possibilitar esse objetivo foram definidos objetivos específicos. O primeiro deles foi compreender o desenvolvimento do empreendimento através de estudo exploratório e apresentá-lo de forma descritiva, identificando as principais barreiras encontradas pelos seus executores e os principais impactos na população envolvida.

As reflexões finais permitiram constatar que as principais barreiras encontradas pelos executores dos projetos de urbanização, arquitetura e engenharia referem-se ao atraso no trabalho técnico de levantamento topográfico cadastral, que identificaria as áreas conforme as características do solo (alagados e secos) e a locação de todas as edificações, e a inexistência de informações sobre as características da moradia e a identificação e delimitação dos terrenos que já possuíssem escritura pública, que deveriam constar do trabalho social.

Foi constatado também que os maiores impactos na população envolvida eram negativos e diziam respeito à falta definição clara sobre os critérios de remanejamento das famílias moradoras da área de proteção ambiental e daquelas que seriam retiradas para o atendimento do projeto de urbanização e aos valores encontrados nas avaliações dos imóveis, considerados muito baixos segundo os proprietários.

Outro impacto negativo dizia respeito a famílias ocupantes de grandes lotes ocupados por outras residências de familiares, assim como aqueles que possuíam algum comércio funcionando na residência ou perto delas que nutriam o temor de

alguma perda com o empreendimento. Esses e outros fatores levavam muitos moradores a preferirem que o empreendimento nem tivesse começado.

O segundo objetivo específico foi conhecer, através de coleta e análise de dados, como a população beneficiária do empreendimento, tanto da área de proteção ambiental como da área seca, percebe a proposta considerando as principais reclamações apresentadas ao PJC, assim como suas expectativas com relação à conclusão do projeto.

Para o desenvolvimento dessa etapa foi criado um questionário semi-estruturado foi aplicado em 181 famílias moradoras da área sendo que, desse total, 37,93% dos entrevistados pertenciam à área de proteção ambiental e deveriam ser obrigatoriamente remanejados para outro local, e 62,07% correspondiam aos moradores da área seca, os quais poderiam ou não ser remanejados ou indenizados, dependendo do projeto de urbanização.

Os resultados da pesquisa sugerem que para os moradores da área alagada o projeto tem um grande impacto positivo uma vez que a maioria aprova o projeto e deposita grande esperança de ir para uma casa melhor, em terreno seco, com saneamento básico, e com isso melhorar a qualidade de vida.

Por outro lado, esses resultados sugerem que, de modo geral, para os moradores da área seca a proposta de intervenção não gera nem impacto positivo nem negativo. Entretanto observa-se um interesse pelo projeto uma vez que este propõe melhorias para aqueles que vivem em área alagada e que irão para um terreno seco.

Em seguida foi feita a análise dos dados coletados usando a técnica de análise exploratória, que permitiu organizar, resumir e descrever os aspectos importantes dos dados coletados, e a de correspondência para determinar a associação entre alguns conjuntos, considerados relevantes para a pesquisa. Os resultados foram apresentados de maneira descritiva e com uso de gráficos.

As considerações finais sobre os resultados, quando foram evidenciadas diferenças de percepção e expectativas com relação à intervenção proposta para

a área entre os dois grupos de beneficiários, permitiram o atendimento do objetivo principal deste trabalho que foi a identificação dos impactos, positivos e negativos, causados na população beneficiária do projeto pesquisado.

Conclui-se, finalmente, que o conhecimento desses resultados poderá contribuir para a concepção e execução de projetos semelhantes.

7.1. RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A partir da realização desta pesquisa e considerando suas delimitações, apresentam-se sugestões para trabalhos futuros.

a) desenvolver pesquisa de avaliação pós-ocupação das UHs entregues para atender os remanejamentos do EHIS objeto do estudo exploratório deste trabalho, considerando tanto a edificação e seu entorno quanto o novo estilo de vida dos beneficiários;

b) avaliar os resultados do mesmo empreendimento após sua conclusão ou de outro semelhante considerando a discussão de resultados deste trabalho e;

c) estudos focados na identificação de áreas de ocupação irregular que possam ser beneficiados por projetos habitacionais de interesse social de responsabilidade do Governo Estadual ou Municipal financiados por programas como o PAC.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A.; COELHO L.O. **Urbanização de favelas: procedimentos de gestão**. Porto Alegre/RGS: ANTAC, 2009. (Recomendações Técnicas, 4).

ABNT. **Elaboração do “como construído” para edificações: levantamento planialtimétrico e cadastral de imóvel urbanizado com área de até 25.000 m², para fins de estudos, projetos e edificação**. NBR 14645-1, 2000. Disponível em: <http://www.topografia.ufsc.br/NBR%2014645-1.pdf> . Acesso em: 17 de novembro de 2011.

ABRAHÃO, O.N. **Possibilidades de intervenção e de desenvolvimento urbanos em área de assentamento espontâneo no contexto metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3**. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

BELÉM. **Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU**, nº 02 de 1999.

BELÉM. **Estatuto da Companhia de Habitação do Estado do Pará**. Pará, 2008

BONDUKI, N. **O novo papel do município na gestão da habitação**. IN: **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

BRASIL. **O Brasil e o pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais – Relatório da sociedade civil sobre o cumprimento, pelo Brasil, do pacto internacional de direitos econômicos e culturais**, 2000. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/pidesc/docs/contra-informe.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 – Cria o Programa de Arrendamento Residencial**, 2001a.

BRASIL. **Estatuto das Cidades**. Brasília, 2001b.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 28 de fevereiro de 2011.

BRASIL. **Política nacional de habitação**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.jbnn.com.br/planodiretor/arquivos/politica_nacional_habitacao.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.025 de 2007 – Cria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, 2007.
Disponível em: <https://www.pac.gov.br/> .Acesso em 24 de fevereiro de 2011.

BRASIL. **Manual de instruções projetos prioritários de investimentos – PPI intervenções em favelas**, 2007

Disponível em <https://www.planalto.gov.br/> Acesso em 24 de fevereiro de 2011.

BRITO, J.N.S. **Retroalimentação do processo de desenvolvimento de empreendimentos de habitação de interesse social a partir das reclamações de usuários:** estudo no Programa de Arrendamento Residencial. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2009.

BUENO, L.M.M. **Parâmetros e tipologias.** IN: **Política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários:** parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos, ROSA, J.S.(org.). Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Brasília-DF (2007).

CAIXA. **Caderno de orientação técnico social – COTS,** Caixa Econômica federal, 2010.

CARDOSO, A.L. **Contextualização/Caracterização.** IN: **Política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários:** parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos, ROSA, J.S.(org.). Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Brasília-DF (2007).

CARDOSO A. C. D **Assentamentos informais e a pobreza urbana.** IN: VALENÇA, M.M. (org). **Cidade (i)Legal,**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2008, cap 8.

_____ **O espaço construído da cidade informal, consolidação e pobreza urbana.** In: III Seminário de Direito Urbanístico, 2004, Recife, 2004. Disponível em <http://www.ibdu.org.br/imagens/AnaClaudiaCardoso.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2010a.

_____ **The alternative space:** informal settlements and life chances in Belém. Tese (PhD em Arquitetura). Oxford, Oxford Brookes University, 2002.

CARDOSO, B.K. **Efeitos da regularização fundiária:** estudo de caso em assentamentos precários de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Engenharia Civil, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010b.

CORDEIRO, D.O. **Políticas de intervenção em favelas e as transformações nos programas, procedimentos e práticas:** a experiência de atuação no município de Embu. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e mistos –** Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DENALDI, R. **Estratégias de enfrentamento do problema: favela**. IN: **Política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos**, ROSA, J.S.(org.). Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Brasília-DF (2007).

DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, 2007.

FERNANDES, E. Palestra realizada no auditório do departamento de geografia da universidade federal do Rio Grande do Norte em Natal, em 13/06/2001. IN: VALENÇA, M.M. **Cidade (i)legal**, cap. 2. Rio de Janeiro: Muad X, 2008.

_____ Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. IN: VALENÇA, M.M. **Cidade (i)legal**, , cap. 3. Rio de Janeiro: Muad X, 2008.

FRANÇA, E.; BAYEUX, G. **Favelas upgrading. A cidade como integração dos bairros e espaço de habitação** – Texto sobre a apresentação brasileira na 8ª Mostra Internazionale di Architettura da Bienale di Venezia – de 7 de setembro a 3 de novembro de 2002. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg027/arg027_00.asp. Acesso em 16 de abril de 2010.

FREITAS, C.G.L; FARAH, F. **Desenvolvimento de procedimentos técnicos de abordagem ambiental integrada em empreendimentos habitacionais de interesse social**. IN: ABIKO, A.K.; ORNSTEIN, S.W. (ed). **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação da habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP,1)

GIL; A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** – São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBRG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais** – Rio de Janeiro: Record, 2005.

GUNTHER, H. Como elaborar um questionário. In: PASQUALI, L. **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM; IBAPP, 1999, cap. 10.

IBGE-**Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf. Acesso em: 31 de outubro de 2010.

IDH- Fundação instituto de direitos humanos. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: <http://www2.idh.org.br/pidesc1.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2010.

KAMARA, J.M.; ANUMBA, C.J.; EVBOMWAN, N.F.O. **Capturing client requirements in construction projects** – Reston: Thomas Telford, 2002.

LEITE, F. **Contribuições para o gerenciamento de requisitos do cliente em empreendimentos do programa de arrendamento residencial** – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2005.

LIMA, L. P. **Proposta de uma sistemática para o processamento de requisitos do cliente em empreendimentos habitacionais de interesse social**, Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LÚCIO, P. S.; TOSCANO, E. M. M.; ABREU, M. L. **Caracterização de séries climatológicas pontuais via análise canônica de correspondência**. Estudo de Caso. Minas Gerais: Revista Brasileira de Geofísica, v. 17, 1999.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A.C.P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. 6.ed., São Paulo: Edusp, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.; **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** – São Paulo: Atlas, 2001.

MARCUSE, P. O caso contra os direitos de propriedade. In: VALENÇA, M.M. **Cidade (i)legal**, cap. 1. Rio de Janeiro: Muad X, 2008.

_____. Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, M.M. **Cidade (i)legal**, cap. 3. Rio de Janeiro: Muad X, 2008.

MEDVEDOVSKI, N. S. **Diretrizes especiais para regularização urbanística, técnica e fundiária de conjuntos habitacionais populares**. IN: ABIKO, A.K.; ORNSTEIN, S.W. (ed). **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação da habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP,1)

MINISTÉRIO DAS CIDADES – **Matriz de Indicadores para Avaliação do Pós-Ocupação dos Projetos Piloto de Investimento Intervenção em Favelas**. Disponível em http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac/AVALIACaO_DE_POS_OCUPACaO.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

MIRON, L. I. G. **Proposta de diretrizes para o gerenciamento dos requisitos do cliente em empreendimentos da construção** – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Gerenciamento dos requisitos dos clientes de empreendimentos habitacionais de interesse social: proposta para o programa integrado entrada da cidade em Porto Alegre/RS** - Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2008.

NEGRÃO, M.R.G. **A contribuição dos programas oficiais para a consolidação sócio-espacial de assentamentos informais: uma avaliação do plano de desenvolvimento local nos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal-Belém/pa**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

OLIVEIRA, M. **Um método para a obtenção de indicadores visando a tomada de decisão**, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 1999.

PASTERNAK, S. Depois da queda ou a cidade que virou favela. In: **Revista Espaço e Debates**, ano IV, nº 12, São Paulo: Canopus, 1984.

PERDIGÃO, A.K.DE A.; BRUNA, G.C. **O papel do projeto de arquitetura na produção da moradia**. IN: **PPLA 2010: Seminário Política e Planejamento**. Curitiba, Anais Curitiba: Ambiens, 2010.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Orgs.). **Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional**. Belém: EDUFPA, 2 volumes, 2008.

RUBIO, V.M.; ALVIM, T.B. **Projeto de urbanização de favela: um instrumento de construção de cidade**. Si CWB 2010 - 3º Seminário Internacional de Curitiba – Ateliês de Projeto Urbano. Curitiba, 2010.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, C.B.G. **Desenvolvimento local e gestão participativa: concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. **O plano de desenvolvimento local no Tucunduba: uma experiência de gestão urbana reformista na amazônia**. IN: **Novos cadernos do Naea, v.10, n.1**, Belém, 2007.

_____. **Identidades e conflitos nas ocupações urbanas da amazônia** – Artigo publicado em 2010. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br>. Acesso em 24 de março de 2011.

SOUZA, S.S. **Os caminhos da urbanização da Vila da Barca: passado, presente e perspectivas futuras**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

WERNA, E.; COELHO, L.; ABIKO, A. **Pluralismo na habitação** – São Paulo: Annablume, 2001.

YIN, R. K. **Estudos de caso: planejamento e métodos** – Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS DA COHAB/PA

01. Qual sua profissão, cargo e área de atuação?
02. Quais são exemplos ou práticas mais bem sucedidos em desenvolvimento de empreendimentos habitacionais de interesse social pela COHAB?
03. Quais são as diferenças entre fazer um projeto para áreas ocupadas e para áreas livres?
04. Como são identificadas as famílias a serem beneficiadas pelo projeto?
05. Como são identificadas as necessidades dessas famílias?
06. Como é feito o programa de necessidades? Quem é o responsável pela sua elaboração? Em que momento esse programa é feito?
07. Como é feita a escolha pelos modelos de unidades habitacionais?
08. Como são distribuídos na área a ser urbanizada? E as unidades para PNE?
09. Como é desenvolvido o projeto de urbanização?
10. Na sua percepção, quais os principais problemas ocorridos no desenvolvimento dos projetos executivos de engenharia e arquitetura?
11. Como esses problemas poderiam ser evitados ou minimizados?
12. Quais são as principais etapas do processo de desenvolvimento desse tipo de empreendimento?
13. Cite outros pontos que considere relevantes.

APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM LÍDERES COMUNITÁRIOS

01. O que, na sua percepção, melhorou na vida das famílias remanejadas e o que vai melhorar na vidas daqueles que ocupam a área a sofrer a intervenção?
02. Como está sendo a participação da comunidade no desenvolvimento do empreendimento?
03. Quais são suas atividades como líder comunitário?
04. Qual a importância do trabalho social no seu ponto de vista?
05. O que você espera com a conclusão do empreendimento?
06. Cite outros pontos que considera relevantes.

APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO USADO NA COLETA DE DADOS

	COMUNIDADE TABOQUINHA	
	POPULAÇÃO ASSENTADA NA ÁREA A SOFRER A INTERVENÇÃO	

DADOS GERAIS DATA:

01. Localização da casa: área alagada de preservação ambiental ()
área seca ()

02. Você conhece o projeto da COHAB? sim () não () pouco () muito pouco ()

03. O que você acha que vai melhorar com o projeto da COHAB?

04. O que você acha que pode piorar com o projeto da COHAB?

05. Você aprova o projeto da COHAB? sim () não () não sei ()

06. Você acredita que o projeto será concluído? sim () não () não sei ()

07. Você sabe o que é projeto de urbanização? sim () não () mais ou menos ()

08. Você sabe o que é projeto de saneamento e infraestrutura? sim () não ()
mais ou menos ()

09. Você sabe o que é regularização fundiária? sim () não () mais ou menos ()

10. Você sabe o que é remanejamento? sim () não () mais ou menos ()

11. Quanto você paga por mês de:
água: _____ luz: _____ não pago água () não pago luz () não sei ()

12. Você está satisfeito com seu local de moradia? sim () não () mais ou menos ()

SOBRE O LOTE OCUPADO

13. Você se considera proprietário do lote da sua casa? sim () não ()

14. O lote da sua casa está cercado? sim () não ()

15. Você tem a escritura do seu lote? sim () não ()

16. Dentro do seu lote existem outras casas? sim () não ()

17. Você acha importante ter a escritura do seu lote? sim () não ()

18. Você conhece as taxas a pagar quando se tem a escritura do lote? sim () não ()

SOBRE A CASA

19. Você conhece as casas da COHAB? sim () não () mais ou menos ()

20. Você trocaria sua casa por uma casa da COHAB? sim () não () não sei ()

21. A casa é sua? sim () não ()

22. Tipo de domicílio: alvenaria () madeira () térrea () dois ou mais pavimentos ()

23. Você será remanejado? sim () não () não sei ()

24. Quantas pessoas moram na sua casa? _____ pessoas

25. Quantas famílias moram na sua casa? _____ famílias

26. Quantos quartos tem sua casa? 1 () 2 () 3 () mais de 3 ()

27. Quantos banheiros tem sua casa? 1 () 2 () 3 () mais de 3 ()

28. Funciona algum comércio na sua casa? sim () não ()

29. Seus familiares moram perto de você? Sim () não ()
Onde? dentro do meu lote () próximo ao meu lote ()

30. Você tem medo de perder sua casa? sim () não () um pouco ()

31. Sua casa foi avaliada pela COHAB para indenização? sim () não ()

32. Se foi, o valor oferecido foi de seu agrado? sim () não ()

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENTREVISTADO